



# ZERO

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS, NOVEMBRO DE 2017 - ANO XXXVI, NÚMERO 5



**Dois meses após Ouvidos  
Moucos, instabilidade  
ainda paira na UFSC**

**Páginas 7 a 13**

## O ÚLTIMO ATO

### **Cotas em discussão**

Mudanças na política de ações afirmativas para ingresso na UFSC geram dúvidas Pág 3

### **A volta da esquerda**

Entrevista com representante da nova gestão do Diretório Central dos Estudantes (DCE) Pág 6

### **SUS no tribunal**

Gastos com judicialização expõem problemas na gestão dos recursos da Saúde no estado Pág 14 e 15

Os R\$ 80 milhões que teriam sido desviados das contas da UFSC foram estardalhosos — superando o choque dos R\$ 51 milhões encontrados nas malas de Geddel. Na manhã de 14 de setembro, quando o reitor Cancellier foi preso preventivamente, de imediato o valor se associou ao seu nome e ali permaneceu. Embora ambas informações tenham sido revistas em entrevista coletiva na Polícia Federal (PF), a reparação não foi suficiente. Não foram perdidos R\$ 80 milhões, nem Cancellier era acusado do desvio. O Zero também errou.

O fato é que a operação Ouvidos Moucos caiu como um meteoro no campus. Após o erro, o consenso entre a equipe foi de não embarcar na pressa do noticiário factual. Diante da morte de Cancellier, a diretriz foi de não canonizá-lo. E man-

temos a mesma postura até o fechamento desta edição, acompanhando os bastidores e checando detalhes.

Foi desafiador. Esperamos que a reportagem central (pág. 7 a 13) registre o que foi viver esse momento na universidade. Para que não os erros da imprensa não se repitam e para que os métodos policiais não sigam incólumes.

E porque a UFSC não pára, trazemos discussões que cercam a criação de uma comissão étnico-racial que invalida a autodeclaração, os desafios das mães universitárias e as propostas da nova gestão do DCE, desta vez ligada ao polo esquerdo da política. Descobrimos as implicações da judicialização do SUS e possíveis saídas, e ainda em saúde, a cultura das academias. Boa leitura!

OMBUDSMAN



Vitor Hugo Brandalise é editor do site da revista Piauí. Formado em Jornalismo pela UFSC (2007), trabalhou como repórter e repórter especial de O Estado de S. Paulo, entre 2008 e 2017. É autor dos livros O Último Abraço (Record) e O Teatro Municipal de São Paulo (Senac). É vencedor de oito prêmios de reportagem, entre eles o Vladimir Herzog de Jornalismo 2016.

A equipe que começou a produzir o Zero neste semestre – que seja bem-vinda! – trouxe na edição de setembro uma pauta bastante voltada ao universo da UFSC. Decisão interessante, que vem acompanhada de uma responsabilidade: oferecer ao leitor um olhar obrigatoriamente original sobre assuntos que são conhecidos e próximos.

O cardápio foi diverso, e o resultado é um bom conjunto de reportagens. Em um sobrevoo pela edição, o último Zero tem o mérito de surpreender o leitor.

Os problemas aparecem, porém, justamente ao se aproximar. As reportagens deixam lacunas expressivas – o que, com

a pauta voltada a temas próximos, torna-se evidente. E pouco justificável.

A principal reportagem da edição, sobre o estranho processo de exoneração do servidor Daniel Dambrowski, trouxe na capa a pergunta: “Quem é Daniel?” O assunto é instigante e há esforço na apuração – com reprodução de documentos e boa descrição de como o tema mobilizou o campus. É uma boa escolha para a capa do Zero.

Mas há falhas de execução. A primeira é que o leitor não é obrigado a saber que processo é esse. O começo do texto é enigmático: fala de reprovação do servidor em seu estágio probatório, em seu afastamento, em estresse pós-traumático... As peças não se unem, e as interrogações se multiplicam. Caímos de paraquedas em um imbróglio que vem desde 2012. No fim das contas, as peças estão no texto – mas em forma de puzzle. É preciso ser didático, especialmente em casos complexos.

Outra falha – fundamental – é que a pergunta da capa não é respondida. Duas páginas de leitura depois, o leitor não tem ideia de “quem é” Daniel. Não se sabe a formação dele, a cidade de onde veio, nem sequer a sua idade. Um melhor enfoque, que responderia a questão e daria ao leitor o que lhe foi vendido, seria um perfil do servidor.

Os temas das outras matérias são bons. Em linhas gerais, porém, não apresentaram novos ângulos para assuntos próximos. A reportagem sobre a diminuição do número de bombeiros em ambulâncias, por exemplo, é bem-sucedida ao levantar possíveis prejuízos ao socorro em acidentes. Mas faltam casos concretos. Mostrar uma situação real

– vidas em risco por haver apenas dois socorristas – poderia ter um impacto verdadeiro na discussão. Sem isso, uma ótima pauta se transformou em registro.

A reportagem sobre o descarte de remédios perdeu a chance de um ângulo esperto: em vez de descrever burocraticamente o que acontece aos medicamentos vencidos, por que não seguir uma pílula fora de validade do momento em que a personagem a leva ao posto de saúde, até o descarte no aterro – ou no lixo comum? No caminho, apareceriam os gargalos.

As páginas sobre os spinners ficaram bonitas, e podem ser exemplos de diagramação para o Zero. O texto é bom, mas a organização caótica das informações prejudica – um exemplo é a professora norte-americana, que, embora apareça no começo do texto, só descobrimos porque está ali no penúltimo parágrafo (quando se explica que ela criou um site sobre brinquedos para a concentração). Novamente, o leitor de paraquedas.

A contracapa é outro exemplo de assunto próximo, até banal – a história de um universitário motorista de Uber –, que demanda um tratamento original. Uma crônica de um dia inteiro dentro do carro junto com ele? Ele poderia mandar áudios pelo celular depois de cada passageiro, para montarmos um diário? O texto, de agradável leitura, omitiu dados sobre o setor (qual o percentual de universitários motoristas de Uber?) e informações básicas sobre o motorista perfilado. Qual o carro dele? Qual curso faz? Qual sua idade? Se não respondemos perguntas básicas, provavelmente passaremos longe de fazermos as mais complexas.

CRÔNICA

Vazaram POR FELIPE BUZZI

Vazou. O dono da loja de carros aqui do lado vazou. Pegou todos os carros que tinha na garagem e vazou de madrugada. Quando os funcionários chegaram para trabalhar, não tinha trabalho nem carro. O Gordo, conhecido aqui no bairro, disse que eles deviam dez milhões, por isso vazaram. Vazaram com dez milhões, cheques sem fundo e com os carros. As pessoas vazam.

O porteiro do meu prédio viu o dono da loja vazando. O outro, na sala de costura, falou que não eram dez milhões, eram trinta. Ainda me disse que o cara vazou com os carros numa cegonha. Cresci querendo saber para onde iam as cegonhas. Quando eu era pequeno, muito pequeno, uma delas me deixou com meus pais e vazou. Então as cegonhas vazam, não sei para onde, mas vazam. Pouca gente vê a cegonha.

O dono do bar não viu cegonha nenhuma. Pedi uma Coca-Cola e perguntei se ele viu a cegonha.

– Muita coisa que tão contando aí é mentira. Não teve cegonha nenhuma.

Afinal, ele foi bom em vazaram. A história é feita por quem soube vazaram bem feito. A arte de vazaram foi criada por reis. Com medo de Napoleão, a família real portuguesa vem para o Brasil numa vazada continental. Todo mundo quer vazaram de Napoleão. Antes do Imperador chegar em Moscou, em 1812, os russos vazaram, deixando só poeira e frio.

Na ficção quem sabe vazaram também são os heróis. Mulan, heróina da Disney, vaza de casa para salvar a China e o velho pai. Andy Dufresne, preso injustamente em “Um Sonho de Liberdade”, consegue tramar uma vazada épica. Vazaram é arte que inspira até o cinema. As pessoas vazam.

**PARTICIPE!**

Mande críticas, sugestões e comentários:

✉ zeroufsc@gmail.com

☎ (48) 3721-4833

📱 /jornalzero

🐦 @zeroufsc

Departamento de Jornalismo - Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Trindade, Florianópolis (SC) - CEP: 88040-900



3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil  
**EXPOCOM 1994**



Melhor Jornal Laboratório - I Prêmio Foca  
**Sindicato dos Jornalistas de SC 2000**



Melhor Jornal-Laboratório  
**EXPOCOM SUL 2015 - 2017**



Melhor Jornal-Laboratório do Brasil  
**EXPOCOM 2015**



Melhor Peça Gráfica  
**Set Universitário / PUC-RS  
1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998**

**EQUIPE**

Amanda Farias, Diana Koch, Eduarda Pereira, Jaíne Araújo, João Bosco Cyrino, João Paulo Mallmann, Leila Haddad Antunes, Felipe Buzzi, Matheus Vieira, Oriana Bueno Hoeschl e Vitor Sabbi

**DIAGRAMAÇÃO**

Gabriel Volinger, Giovanna Olivo, João Paulo Mallmann, Matheus Vieira e Tadeu Mattos

**EDIÇÃO**

Betina Ramos, Eduarda Hillebrandt e Isabele Reusing

**CAPA**

João Paulo Mallmann  
Foto: Matheus Vieira

**PROFESSOR RESPONSÁVEL**

Frederico S. M. de Carvalho  
SC 01787 JP

**MONITORIA**

Amanda Casemiro e Rodrigo Rocha

**IMPRESSÃO**

Gráfica Graf Norte

**TIRAGEM**

4 mil exemplares

**DISTRIBUIÇÃO**

Nacional

**FECHAMENTO**

17 de novembro

# Nova divisão de cotas levanta dúvidas

Lei que inclui pessoas com deficiência na reserva de vagas inicia no vestibular 2018

O preenchimento das vagas reservadas para a Política de Ações Afirmativas mudou para o ingresso na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2018. Agora estão incluídas cotas para pessoas com deficiência, concordando com a lei nº 13.409, sancionada em 28 de dezembro de 2016. Essa reserva de vagas se enquadra dentro dos 50% de vagas do total geral já destinado aos estudantes egressos de escolas públicas. A mudança passa a valer já para o vestibular deste ano.

A nova lei altera três artigos da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para a inclusão de reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos, de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Conforme o artigo terceiro desta lei, em cada instituição federal de ensino superior, os 50% de vagas destinadas a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública, serão preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e agora por pessoas com deficiência.

Segundo os termos da legislação, a proporção deverá ser no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, conforme o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na UFSC, 22% das vagas de cada cota serão destinadas para pessoas com deficiência. Em relação ao total de vagas do vestibular, essa cota somará 11%.

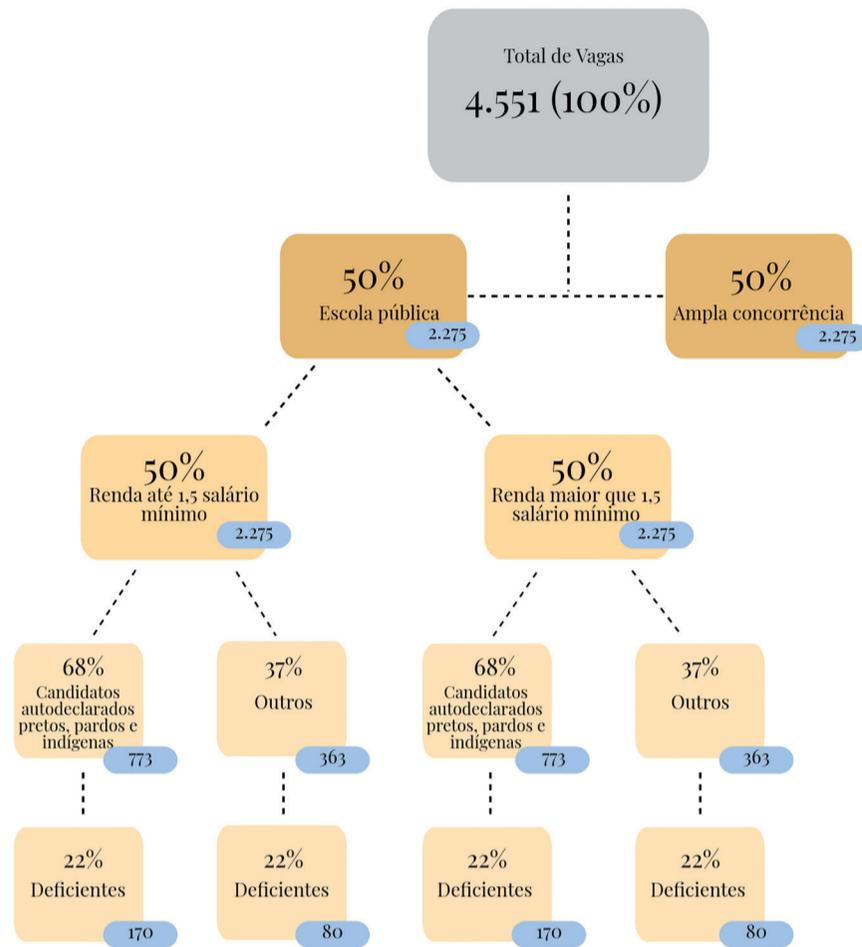
Para ingressar por cotas, os candidatos classificados nas vagas reservadas para pessoas com deficiência deverão apresentar, no ato da matrícula, o laudo médico atestando a espécie e o grau da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID. Este laudo será analisado por uma comissão especificamente constituída pela Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (Saad).

## Comissão de Verificação

Outra mudança no vestibular 2018 é o retorno da comissão de validação da autodeclaração etnicorracial, que avaliará se os candidatos autodeclarados pretos e pardos (para a categoria de cotas PPI) e também dos negros (para a categoria de vagas suplementares) realmente se encaixam nesses grupos, de acordo com o fenótipo, ou seja, suas características físicas.

Uma comissão como essa existiu de 2008 a 2013 e, segundo o diretor administrativo da Saad, Marcelo Tragtenberg, logo após sua suspensão surgiram reclamações vindas do Movimento Negro Unificado e do Educafro – que chegou a exigir a comissão em

## Distribuição das vagas do vestibular UFSC 2018



Arte: Giovanna Olivo/Zero | Fonte: Saad/UFSC

audiência com a então reitora Roselane Neckel. Segundo Tragtenberg, o que também justifica a volta desta comissão no próximo vestibular é a recomendação 41/2016 do Ministério Público Federal (MPF) que diz que as instituições que fazem uso de cotas devem verificar os candidatos para que o público-alvo seja beneficiado e para se evitar as fraudes. Além disso, a ocorrência de casos de fraude em outras instituições como a Universidade Federal do Paraná e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul também influenciaram a discussão sobre trazer a comissão de volta.

A possível volta da comissão de verificação etnicorracial foi deliberada na reunião do Conselho Universitário (CU) no dia 27 de julho deste ano. Segundo a ata da reunião, a representante da Saad presente, Francis Tourinho, disse que a verificação de autodeclaração logo após o ato da matrícula é legal, com base no 9º artigo da Portaria nº 18, de 2012 do Ministério da Educação (MEC), que determina que a prestação de informação falsa por parte do estudante causaria o cancelamento de sua matrícula na Instituição de Formação e Educação (IFE). A criação da comissão foi decidida com a maioria dos votos.

Mas nem todos os conselheiros votaram a favor. Carlos Vieira é o representante do corpo docente do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) desde julho de 2017 e registrou em ata a discordância com relação à decisão. Ele argumenta que com a comissão a Universidade e o

próprio Conselho estariam fugindo de um marco legal: “para mim, há um claro e flagrante descumprimento da Lei Federal nº 12.711, que fala que é por autodeclaração. E mesmo a nova lei de 2016, que acrescenta as vagas com pessoas com deficiência, não tira a autodeclaração”, afirma. Outro ponto apresentado pelo professor é o fato de que as comunidades que serão afetadas pela decisão – pretos, pardos, indígenas e quilombolas – não foram consultadas sobre o assunto.

**“(O EDITAL) FOI FEITO DE UMA FORMA QUE PODE TER VÁRIAS INTERPRETAÇÕES. ISSO QUE ESTÁ ERRADO PARA A GENTE, PORQUE ELE NÃO É PONTUAL.”**

Thayna Costa, estudante de História

De acordo com Marcelo Tragtenberg, ainda não existe um modelo ou forma estabelecida no que diz respeito à comissão de verificação etnicorracial: “é um cenário totalmente não desenhado. Não existe a forma da comissão. Porque

vai ser muito complicado, porque tem gente que vai ter que passar por três verificações: de renda, de deficiência e de fenótipo”. Ainda segundo ele, dia 23 de novembro será realizada uma audiência pública para discutir as questões referentes a esse assunto.

## Mudanças questionadas

Após a publicação do Edital que rege o vestibular da UFSC 2018, alguns estudantes negros tiveram dúvidas sobre a nova divisão das cotas. E para tentar entender essas mudanças foi criado um grupo denominado Movimento Negro em Defesa das Cotas. Thayna Costa, 23, estudante de história, fala sobre o estopim para a criação do movimento “(o edital) foi feito de uma forma que você pode ter várias interpretações diferentes. Isso que está errado para a gente, porque ele não é pontual”, defende.

Com a mobilização, foram organizadas reuniões e uma assembleia geral para que os estudantes pudessem se posicionar. Na ocasião, o retorno da comissão de validação da autodeclaração etnicorracial também foi discutido, principalmente por não ter ocorrido nenhum diálogo prévio com algum movimento negro ou com os estudantes cotistas: “o Movimento não é contra a banca, ela é necessária, o problema é como ela é feita, de uma forma constrangedora”, diz Carlos Ramos, 29, estudante de Direito. Nessas reuniões, foram discutidas formas de tornar a passagem pela banca de validação um processo menos intimidador e mais acolhedor, com base em experiências vividas por colegas em outras universidades. Entre as sugestões estão uma recepção com *coffee break* e a possibilidade de colocar estudantes negros ou do movimento para realizarem a verificação – o que evitaria a questão do estranhamento a pessoas externas.

Marcelo Tragtenberg afirma que a portaria normativa nº 9 do MEC apenas estrutura as cotas. “Dentro das vagas destinadas às pessoas com baixa renda e com maior renda se faz a reserva dos PPI (Pretos, Pardos e Indígenas). Além disso, reservam-se vagas para pessoa com deficiência, tanto para as que têm renda bruta igual ou inferior a 1,5 quanto para que têm renda inferior. Mas dentro disso também tem que respeitar o que é PPI e o que não é. O percentual de vagas para PPI continua em 16%.” Tragtenberg conclui dizendo que “quando se diz que não é o mesmo percentual, que diminuiu, está errado. O que acontece é que existem privilégios dentro das reservas de vagas”, finaliza. ☺

Amanda Farias

amandamarynaraf@gmail.com

Jaine Araújo

araujojaine@gmail.com

# Falta apoio para pais e mães na UFSC

NDI e creches municipais têm poucas vagas, e estudantes se mobilizam por alternativas

Leila Haddad/Zero

**C**onciliar o trabalho com os estudos é uma tarefa difícil. Esta é a realidade de muitas mulheres no Brasil e não é diferente na UFSC. Pauta histórica do movimento feminista no Brasil desde os anos 70, o direito ao cuidado coletivo das crianças ainda é um problema para muitas mães nas universidades.

Atualmente, o auxílio creche, para pais e mães estudantes, é oferecido na UFSC por meio da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE). Não existe uma estimativa de quantos alunos são responsáveis por crianças de até 12 anos e que, portanto, necessitam deste benefício. O valor do auxílio parcial é de R\$ 468,00 e o integral é de R\$ 771,00, mas apenas 20 universitários são contemplados pelo edital. Para concorrer, os pais e mães precisam comprovar que estão na lista de espera das creches da prefeitura e que tentaram uma vaga no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) da UFSC. Acadêmicos indígenas e quilombolas podem se inscrever somente para as vagas remanescentes.

Até 2010, as vagas no NDI e da creche do Hospital Universitário eram totalmente reservadas para a comunidade universitária. Mas, em dezembro daquele ano, a situação dessas instituições se tornou ilegal por meio de uma regulamentação do Ministério da Educação. A lei passou a exigir que as universidades federais abrissem suas atividades de educação infantil para toda a população. O mesmo regimento proibiu a cobrança de taxas, resultando no encerramento das atividades da Flor do Campus. A creche funcionava dentro da UFSC e era administrada por uma instituição privada.

## Projeto de contraturno

Formado em 2016, o Coletivo de Mães Estudantes da UFSC busca dar um novo destino para o espaço da antiga escolinha. A criação de um projeto que ofereça contraturno escolar para filhos de estudantes foi a proposta feita pelo coletivo à professora Miriam Furtado Hartung, atual diretora do Centro de Ciências Humanas e Filosofia (CFH).

A professora Miriam conta que, atualmente, uma comissão com professores do CFH e do Centro de Ciências da Educação (CED) está desenvolvendo a parte burocrática do projeto. A ideia é que sejam oferecidas atividades com bolsistas de cursos como Psicologia, Pedagogia, Enfermagem, Libras e outros. “Nós temos um grande número de estudantes que precisam fazer estágio obrigatório, então esse projeto seria uma forma de unir políticas de formação e de permanência estudantil”, explica.



Carolina Carneiro não pode frequentar as aulas durante o primeiro ano de Caetano por não ter com quem deixá-lo

**“O MAIOR ‘GARGALO’ DAS ALUNAS MÃES É QUANDO OS FILHOS ENTRAM EM IDADE ESCOLAR.”**

Vanessa Suany, do Coletivo de Mães Estudantes

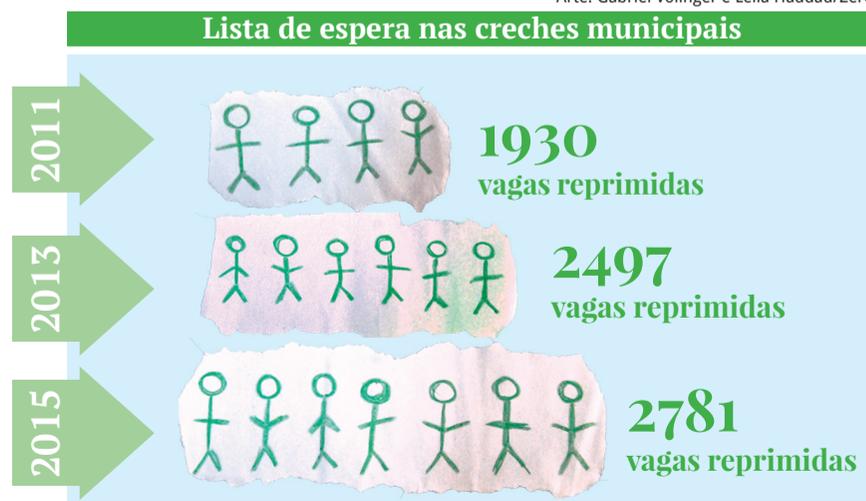
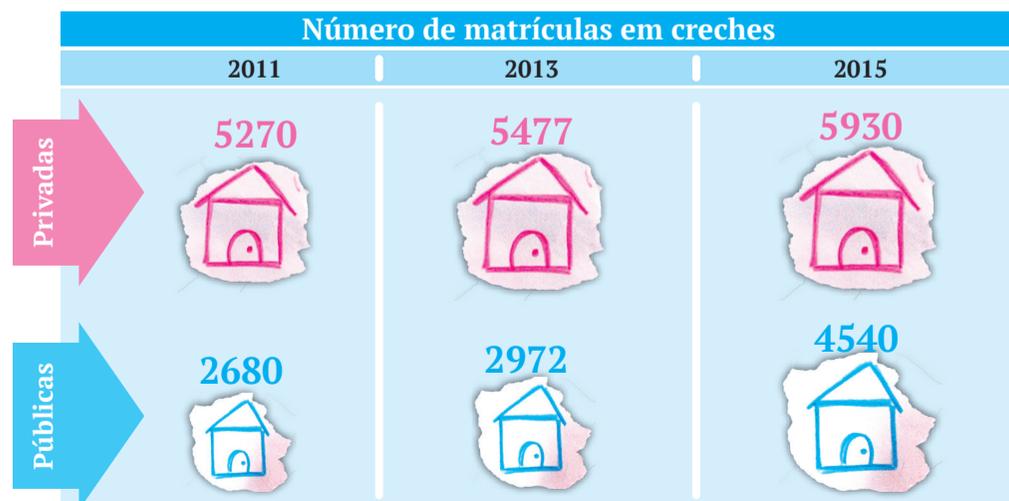
Ela reforça que não se trata de uma creche. “Houve uma certa confusão quanto a isso no começo, mas não é uma creche, é um projeto de contraturno escolar”. A diferença é que o contraturno é destinado aos pequenos que já estão frequentando a escola, mas não tem onde ficar no resto do dia, diferente das instituições que atendem crianças de até 6 anos. Segundo Miriam, as atividades aconteceriam apenas em períodos específicos, em que os pais precisam estar em aula ou algum compromisso fixo. Além disso, a diretora de centro enfatiza que o projeto é apenas um “piloto”. “Nós estamos começando pequenos,

porque não pode ser um projeto apenas do CFH ou do CED, a gente precisa que esse tipo de política seja institucionalizada”, diz Miriam.

De acordo com ela, a reitoria já se comprometeu em ceder o espaço do Flor do Campus para uma gestão compartilhada entre os centros: “Ainda não temos um documento formal. Com tudo que aconteceu [na gestão da universidade] nas últimas semanas, isso ficou parado, mas em breve devemos retomar esse processo”. Miriam explica que o gabinete da reitoria, na época, também se mostrou aberto a contribuir com a infraestrutura necessária. “Agora nós estamos nesse processo de definir melhor o projeto, para saber exatamente do que vamos precisar em termos de funcionários, limpeza e até pequenas reformas no espaço”, conta.

Vanessa Suany, integrante do Coletivo de Mães Estudantes, explica também que a ideia do projeto é acolher inicialmente crianças entre 6 e 12 anos. “O maior ‘gargalo’ das alunas mães é quando os filhos entram em idade escolar, porque eles ficam um período obrigatoriamente na escola e o outro, teoricamente, com a família”. O problema relatado pela estudante de Antropologia é que muitas des-

Arte: Gabriel Volinger e Leila Haddad/Zero



tas mulheres não têm família ou rede de apoio na cidade com quem possam deixar os filhos durante suas aulas. Vanessa é uma delas – seus parentes são de Itajaí e ela vive em Florianópolis apenas com Flora, de 8 anos. Além disso, de acordo com ela, dessa forma o projeto exigiria menos recursos da universidade, como uma menor demanda por professores e assistentes de sala.

### Vagas insuficientes

Com mais de 20 mil estudantes, somente no campus Trindade, as demandas da UFSC ultrapassam os limites da Cidade Universitária. A professora Roselane Campos, do curso de Pedagogia, explica que a demanda envolve uma série de políticas públicas que são responsabilidade das secretarias de educação e assistência social. Segundo ela, “há uma ‘demanda reprimida’ por esses serviços que acaba se refletindo na universidade”.

É o caso de Silvia Medeiros, que também faz parte do Coletivo de Mães Estudantes. A aluna de Serviço Social tem 40 anos e três filhos menores de idade. Até o ano passado, todos moravam com ela. Esse ano, a situação da família mudou. A instituição que ofereceria o contraturno escolar para os três teve as atividades suspensas por problemas com os repasses da Prefeitura. Sem direito ao auxílio creche da universidade – que atende apenas crianças até seis anos – Silvia foi forçada a tomar uma decisão: apenas o filho de quatro anos, que conseguiu vaga em uma instituição da prefeitura, continua morando com a mãe. Os outros dois – de 7 e 11 anos – foram para São Paulo, viver com a família paterna. Silvia conta que estar longe dos filhos não foi uma escolha fácil: “As pessoas falam pra mim ‘mas você deixou?!’. Mas a questão não é deixar, é a necessidade”.

De acordo com o Fórum Municipal de Políticas Públicas de Florianópolis, os convênios entre organizações não-governamentais e a prefeitura cobrem somente 30% do valor necessário para manter uma criança nos projetos desenvolvidos pelas organizações. Entre os custos das instituições, estão o pagamento de profissionais, a alimentação das crianças, os materiais de ensino, além de aluguel do espaço físico.

Silvia conta também que teve dificuldades para conseguir vaga na rede municipal para o filho menor. Hoje, o déficit em creches públicas no município é de mais de 2 mil vagas, segundo o relatório Sinais Vitais de 2016, produzido pelo Instituto Comunitário da Grande Florianópolis. O problema atinge principalmente as crianças até 3 anos, já que os últimos dois anos de pré-escola se tornaram obrigatórios a partir de 2009, pela Emenda Constitucional nº 59.

### Alternativas

Para diminuir a fila de espera de quem procura a educação infantil, a Câmara de Vereadores de Florianópolis aprovou uma lei que prevê a concessão de bolsas de estudo por permuta no IPTU para escolas da rede particular. O projeto é do vereador João Luiz da Silveira (PSC) e foi aprovado com 15 votos a favor e 7 contrários. Vereadores da oposição e o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (SINTRASEM) foram contrários ao PL. Em nota publicada nas redes sociais, o sindicato declarou que a lei representa “uma ofensiva à educação pública, gratuita e com vagas para todos, com uma clara intenção de privatização da educação infantil, já que é uma forma indireta de financiamento do setor privado com recursos públicos”. A Comissão de Educação do Fórum de Políticas Públicas do Município também foi contra o projeto e classificou a medida como “simplista”. ☹

Eduarda Pereira

pereira.duda96@gmail.com

Leila Haddad Antunes

leila.haddad.antunes@gmail.com

# Conscientização é um caminho

Grande parte dos estudantes calcula sua manhã de acordo com o tempo que leva para se arrumar. As mães universitárias precisam considerar também o tempo que precisarão para arrumar e alimentar as crianças, e levá-las para a creche ou escola, antes de irem para suas próprias aulas. “Antes de preparar a nossa vida para a aula todos os dias, a gente tem a rotina de uma mãe”, diz Fabiane Araújo. Ela está no 9º semestre do Serviço Social, e agora, no final do curso, consegue passar mais tempo com a filha fora do ambiente acadêmico. Mas, durante a sua graduação, não foi raro que Madalena, atualmente com 10 anos, a acompanhasse nas aulas e em outras atividades na universidade.

Enquanto mulheres como Silvia, que não podem estar com seus filhos, são cobradas pela sua ausência, outras como Fabiane são criticadas, pelo motivo oposto – a presença da criança. A exposição da filha a horas tardias, nas aulas do período noturno, e a assuntos impróprios que poderiam ser abordados em sala foram alguns dos problemas colocados por colegas e professores a Fabiane. Ela sente que essas reprimendas constroem a sua presença nos espaços da universidade, e expõe que essa situação é muito comum às estudantes que têm filhos. “A instituição costuma utilizar do ECA como forma de represália às mães. Ao invés de ser um direito de amparar minha filha comigo, é usado contra mim”. Ela não acredita que a maternidade deva ser um impedimento para a sua presença em ambientes universitários.

Fabiane diz que o problema é o não reconhecimento, por parte da universidade, da criança enquanto sujeito de direito dentro de sua estrutura. Ela pede por uma mudança sociocultural dentro do campus. “Atualmente, o trabalho de reeducar colegas e professores em relação à conexão entre a maternidade e a vida estudantil recai sobre as mulheres que enfrentam essas dificuldades”, critica. O Coletivo de Mães Estudantes da UFSC, do qual Fabiane faz parte, lançou, em agosto, a cam-

panha virtual #SerMãeNoCampusÉ. Sob a hashtag, diversas mulheres compartilharam anonimamente breves histórias das barreiras que tiveram que enfrentar na universidade enquanto mães. Confira no box ao lado algumas delas. Em outubro, o Centro Acadêmico de História tomou uma iniciativa baseada na campanha, espalhando cartazes com algumas das frases da hashtag pelo CFH.

Carolina Carneiro de Melo está no 4º semestre de Serviço Social e também integra o coletivo. Ela reitera a importância de normalizar a presença dos filhos na sala de aula, e de compreender que o seu comportamento é diferente do adulto. “Ele é uma

criança, ele não vai ficar em silêncio o tempo todo. Ele vai chorar, ele vai querer comer, dormir”. Ela recorda uma experiência positiva da primeira aula que assistiu com o Caetano, que na época tinha um ano. Eles haviam passado toda a manhã em aula quando o filho começou a chorar. Carolina ia sair com ele da sala, mas a professora pediu que ficasse e disse para a turma: “é assim que eu estudo em casa, é assim que ela estuda todos os dias. Vocês conseguem

também, prestem atenção aqui que ele já vai parar”.

Ela encontrou também apoio no Programa de Educação Tutorial (PET) do curso, do qual é bolsista. A sua maternidade foi assunto já na entrevista do processo seletivo para a bolsa. “Quando me foi perguntado sobre a minha disponibilidade, coloquei logo de cara que tinha as 20 horas, mas junto do meu filho”. Ela participa do PET desde o início deste ano e durante as reuniões Caetano está sempre presente. Nesses períodos, os colegas se responsabilizam coletivamente pela criança.

Atualmente, o grupo está desenvolvendo uma pesquisa sobre a taxa de evasão do curso. Dentro dela, destacam a questão da maternidade, e planejam fazer um levantamento de quantas e quais são as mães do curso – mapeamento que ainda não existe na UFSC. (EP e LHA) ☹

Leila Haddad/Zero



Centro Acadêmico Livre de História cola cartazes com frases da campanha #SerMãeNoCampusÉ pela UFSC

# Quatro anos depois, a vez da esquerda

Nova gestão do DCE corre contra o tempo para dar resposta aos estudantes da UFSC

Betina Ramos/Zero

**A**pós quatro anos de tentativa, a esquerda retomou a instância máxima de representação estudantil, eleita com 44,57% dos votos. A chapa “Ainda há tempo”, eleita para o próximo ano de gestão, procura devolver ao Diretório Central Estudantil (DCE) os matizes revolucionários dos tempos de Novembrada (1979) — manifestação organizada pelo movimento estudantil durante a passagem do general João Figueiredo por Florianópolis.

Talvez a coalizão entre movimentos antes segmentados explique a retomada. Compõem a formação: a tríade União da Juventude Comunista (UJC), Juventude Comunista Avançando (JCA), União da Juventude Rebelião (UJR); as Brigadas Populares; o MAIS — desmembramento do PSTU, agora alinhado ao PSOL — e a própria juventude psolista. Sob o mesmo guarda-chuva, diversos coletivos feministas e negros da universidade. Ao todo, 174 estudantes assinaram a candidatura.

Fomos recebidos na sede do DCE pela porta-voz Luíza da Silva Fernandes, acadêmica de Psicologia, acompanhada por dois assessores. Quando questionada sobre a Ouvidos Mucos, Luíza pausou a entrevista para consultar a opinião do grupo. Embora os planos para o próximo ano de gestão estejam definidos, a execução não está clara. Pretendem “pautar” as propostas “através de eventos”. O risco maior em se dispor a ouvir todas as vozes, no entanto, é que a gestão acabe enrolada nas próprias discussões internas.

**Zero: Qual a visão da gestão sobre a função do DCE na conjuntura da UFSC?**

DCE: Há estudantes sem saber se vão receber a bolsa no mês que vem, porque a gente já não tem mais certeza de nada. Isso torna muito clara a função do DCE enquanto uma entidade máxima dos estudantes. O DCE tem que estar no cotidiano dos estudantes, tem que saber o que o estudante precisa, tem que saber como pode ajudar e correr atrás de dialogar, de estar junto no que for necessário.

**Z: Como a gestão entende a necessidade de um posicionamento político em questões nacionais por parte do DCE?**

DCE: Se a gente não sabe se vai receber bolsa mês que vem, é porque tem algo acontecendo a nível nacional impactando a universidade. Não dá pra não se posicionar vendo todo o tipo de sucateamento da educação chegando ao nosso lado e dizer “somos neutros, não vamos falar nada porque queremos representar todos os estudantes”. Não falando nada a gente não representa nenhum.

**Z: Quais são os projetos prioritários? Como vocês têm se organizado?**

DCE: Precisamos pensar políticas para todo o ano de gestão. Nos dividimos em eixos de permanência, de cultura e integração, de ensino, pesquisa e extensão. Criamos dez comissões para planejamentos mais táticos. A partir desse planejamento, vamos pautar através de eventos a necessidade de café da manhã no RU, saúde mental, práticas corporais e a questão das atléticas. Também pensar numa articulação com os campi, as necessidades desses estudantes. Há muita coisa a ser feita, o que não falta é necessidade batendo na nossa porta.

**Z: Quais serão os projetos pensados a longo prazo?**

DCE: As questões de permanência na universidade. É gritante o cenário em que o estudante consegue entrar na universidade a duras penas e não consegue permanecer. Não consegue terminar o curso porque não tem RU de qualidade, porque vai ficar uma hora

manifestação de 30 de Novembro de 1979, que ficou conhecida como “Novembrada”, foi em sua essência um importante episódio da luta contra a ditadura militar no Brasil. Como continuidade do movimento estudantil, as importantes greves operárias do ABC paulista foram a primeira manifestação antiditatorial e diretamente o Presidente. Com grande participação do movimento estudantil da UFSC - que se encontra em pleno processo de reorganização - a “Novembrada” tem forte cunho popular. Em palavras de ordem como “abaixo a ditadura, abaixo o Presidente”, dezenas de estudantes do Centro de Florianópolis protegeram o Presidente militar João Ba



Líder não, representante. Luíza Fernandes, estudante de Psicologia, fala que chapa tenta aplicar gestão horizontal

na fila e não consegue ir pro trabalho, ou não consegue um estágio. Nesse sentido, a prioridade do DCE a longo prazo é conseguir mudanças reais pros estudantes permanecerem na universidade.

**Z: Qual o ambiente que vocês esperam para o CUn? Quais as estratégias preparadas?**

DCE: É difícil dizer o que a espera do Conselho Universitário, há um clima diferente assim, a gente não sabe muito bem o que esperar. O que a gente pensou em reunião: precisamos nos reunir com os estudantes para pensar juntos. O cenário do CUn agora é um pouco nebuloso, nesse sentido a nossa estratégia é sempre tentar dialogar.

**Z: Qual o posicionamento da gestão em relação às investigações da Polícia Federal na universidade?**

DCE: Há problemáticas envolvendo essa investigação. Mais do que defender a autonomia universitária, precisamos pensar no que está de fundo nessa investigação, que não é só sobre o reitor, mas principalmente sobre a questão das fundações na universidade. Fundações essas que sempre aprovaram as contas de maneira apressada, por debaixo dos panos. Para manter a autonomia universitária, precisamos ter clareza de onde estão indo os recursos, em que tipo de pesquisa, até mesmo por uma questão de transparência. A universidade tem uma função social que precisa ser cumprida por todos os órgãos que compõem a estrutura da universidade.

**Z: Essa é uma chapa de unidade que traz o desafio de pessoas com visões políticas diferentes. Como vocês pretendem manter uma coesão?**

DCE: Isso foi algo que foi construído desde a formação de chapa, então não ignoramos que haja divergências políticas dentro das organizações, dos estudantes que compõem a chapa. Tiramos princípios básicos que norteiam toda a gestão e esses princípios são consenso entre os estudantes que compuseram esse processo. Então ainda que haja outras divergências, a gente resolve elas em reunião geral, a gente debate. E isso vale inclusive pra quem não é da nossa

chapa que pode não concordar com algum princípio, mas vindo para a reunião geral e colocando as suas divergências a gente pode discutir. Nos nossos princípios não voltamos atrás, foi com eles que fomos eleitos e é nosso compromisso com os estudantes que votaram na gente. Outras divergências políticas de como tocar as tarefas, de conjuntura política isso tudo é debatido. É assim que a gente mantém a nossa coesão, sempre debatendo, sempre deixando claro as divergências e fazendo uma síntese que abarque ao máximo os diferentes posicionamentos.

**Z: Vocês estudam fazer ocupações similares às de 2016?**

DCE: Muitas das pessoas que ocupam a chapa também participaram dos movimentos de ocupação em 2016. Entendemos que as ocupações são maneiras legítimas de fazer reivindicações de pautas importantes. Ano passado, nas mobilizações de ocupação ou de vigília que aconteceram em alguns centros, havia uma conjuntura que estava vindo pra cima das universidades, para cima dos estudantes como Reforma do Ensino Médio, a PEC do Fim do Mundo. Essas ocupações foram construídas amplamente, a gente teve a primeira assembleia estudantil na UFSC em muitos anos. Enquanto gestão, apoiamos esse tipo de mobilização, desde que os estudantes vejam necessidade da uma mobilização.

**Z: Vocês citam a necessidade de uma greve geral entre servidores, professores e estudantes. Há alguma articulação em andamento?**

DCE: Muitos estudantes que compõem a nossa chapa compuseram as mobilizações de greve geral que já aconteceram esse ano. Como temos compreensão da importância da mobilização, da greve geral para conseguir barras coisas que vão muito além da UFSC, é importante trazer esses debates. ☺

Betina Ramos

betinamramos@gmail.com

Eduarda Hillebrandt

dudahillebrandt@gmail.com

# Da denúncia anônima à crise institucional

Os efeitos da Ouvidos Mucos, operação que investiga desvios no programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) através das Fundações de Apoio, ainda reverberam na UFSC. O reitor Luiz Carlos Cancellier, que fora afastado do câmpus por determinação judicial, voltou para a Reitoria em um caixão fechado. O Conselho Universitário (CUn) teve que lidar com as divergências legais da sucessão, e, uma vez que a vice-reitora Alacoque Lorenzini tomou o cargo, parte do Gabinete rachou.

Nas próximas páginas, o Zero relata os últimos dias de Cancellier e reflexos de seu suicídio na condução de investigações no País. Apesar das críticas à PF, a segunda fase da operação pode irromper a qualquer momento. As páginas 10 e 11 mostram os pontos que foram alvo da operação e os questionamentos sobre outros projetos da UFSC em parceria com Fundações. Em especial, o favorecimento de empresas em licitações. A seguir, estudantes do ensino a distância (EaD) têm as aulas paralisadas — e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) segue sem esclarecer porque cortou a verba do programa para os cursos da UFSC.



## A ruína de Cancellier

Os últimos dias à caminho de um suicídio político

**O** dia 14 de setembro mal havia amanhecido quando policiais federais bateram na porta da casa de Luiz Carlos Cancellier de Olivo, reitor da UFSC. Levaram-no preso temporariamente por tentativa de obstrução de justiça, com base nos depoimentos do procurador Rodolfo Hickel e da professora Taisa Dias, ambos servidores da universidade. O ato marcou a deflagração da Ouvidos Mucos, operação que investiga desvios de recursos do programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) na universidade.

Dos 12 investigados, sete foram presos temporariamente e cinco conduzidos para prestar depoimento. Érika Marena, delegada no comando da operação, não só levou às ruas da capital catarinense mais de 100 agentes federais, mas também o modus operandi da Lava-Jato. Em 2014, ela fez parte do time que fundou a investigação de desvios de dinheiro na Petrobras, sendo inclusive responsável pelo nome da operação na qual trabalhou até 2016, quando foi realocada para o posto da PF em Florianópolis.

Cancellier e os demais presos foram liberados no dia seguinte por ordem de Marjôrie Cristina Freiberg, juíza substituta na 6ª Vara Federal de Florianópolis. No entanto, a ordem de proibir a entrada dos investigados na universidade não foi revogada. Cancellier se viu exilado do lugar onde estudou e trabalhou nos últimos 12 anos.

## Últimos dias

Ele, que havia parado de fumar algum tempo antes, retomou o hábito após deixar a prisão. Iniciou tratamento psicológico com antidepressivos, na tentativa de superar os danos que atribuía aos procedimentos prisionais, incluindo a vexatória revista íntima, e ao julgamento público a que fora submetido.

Houve manifestações em torno do suposto desvio de R\$ 80 milhões — valor erroneamente divulgado pelo portal G1, mas que correspondia ao valor global dedicado ao programa de ensino a distância entre os anos 2006 e 2017. O rombo real que gerou a investigação seria de R\$ 106.104.02. No dia da prisão, estudantes organizaram um happy hour, tipo de festa que Cancellier havia proibido por motivos de segurança. O reitor reagiu com declarações de inocência nos jornais.

Para piorar, o número de visitas que recebia era pífio. Colegas da universidade temiam que eventuais visitas levantassem suspeita da PF. Na última semana de setembro, o reitor almoçou com o ex-senador e amigo Nelson W+edekin, de quem fora assessor em Brasília. Ele disse que o reitor parecia estar reagindo com lucidez à situação. Acioli de Olivo viajou para Florianópolis para mostrar apoio ao irmão mais novo.

No dia 30 de setembro, uma decisão da Justiça Federal autorizou Cancellier a passar três horas na universidade no dia 5 de outubro. Assim, poderia orientar seus pós-graduandos em Direito. Sua liberdade de ir e vir, entretanto, se manteria limitada ao CCJ, sem poder voltar ao prédio da Reitoria, que era seu local de trabalho desde maio de 2016.

## Carreira política

Cancellier dedicou parte de sua vida à construção de uma carreira política sólida. Durante seu mandato, procurou manter a imagem de conciliador que construiu com o passar dos anos. Não se envolveu diretamente em nenhuma grande polêmica. Nem a proibição dos happy hours, uma das únicas fontes de renda para centros acadêmicos, gerou grande repercussão. Também evitou atritos no caso do processo de exoneração do servidor Daniel Dambrowski, que Zero contou em sua última edição. (<https://issuu.com/zerojornal>)

Após vencer o segundo turno das eleições para Reitor da UFSC em novembro de 2015, Cancellier largou o cargo de diretor do CCJ, o qual ocupava desde 2012. Antes disso, em 2009, foi presidente da Fundação José Boiteux (Funjab), uma das citadas na Ouvidos Mucos. Desde 2006, era conselheiro do CUn, onde discursava a favor das Fundações, dando pareceres favoráveis ao recredenciamento da Fapeu, com o argumento de que esta prestava serviços à universidade havia muito tempo. Nesse período, criou uma base política que o manteve forte em debates acadêmicos e que, mais tarde, viria a ocupar cargos em pró-reitorias durante sua gestão. Na campanha para reitor, chamou atenção por ser a favor da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), lutar pela presença da Polícia Militar no campus, e dificultar a realização de festas universitárias. Ações contrastantes com o passado de militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), lembrado por amigos e colegas após sua morte.

Segundo ex-colegas de trabalho, Cancellier teria entrado no jogo da política universitária para cons-

truir sua imagem e concorrer a cargos municipais até, por fim, atingir seu suposto sonho de se tornar prefeito de Florianópolis. Depois da prisão, a candidatura parecia um futuro improvável. No velório, corria o boato de que até a maçonaria — da qual ele e a maioria de seus pró-reitores faziam parte — teria virado as costas para ele. A reportagem procurou o advogado Waltoir Menegotto, padrinho de Cancellier na loja maçônica Acácia do Continente, mas este se recusou a dar qualquer informação sobre as tensões de Cau com o movimento, afirmando não ter permissão para abordar o assunto. “Nós da Maçonaria não damos informação nenhuma sobre coisas internas”, afirmou.

Mesmo após a morte, Cancellier mantém influências políticas, sendo homenageado em dois projetos de lei. A nível municipal, o vereador Tiago Silva (PMDB) propôs a PL 17339/2017, que tenta mudar o nome da praça Santos Dumont, localizada ao lado

da UFSC, para Praça Reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo. E, na esfera federal, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) sugeriu o nome “Lei Cancellier” para o Projeto de Lei 7596/17, que pune abusos de autoridade praticados pelos três poderes, Ministério Público e servidores públicos em geral, e que também visa acabar com o foro privilegiado. O projeto tramita desde maio na Câmara dos Deputados.

### Velório e repercussão

O corpo de Cancellier foi velado em caixão fechado no hall do prédio da Reitoria. Lá estavam amigos, familiares, aliados políticos e boa parte da comunidade acadêmica. Na construção do clima fúnebre, velas e coroas de flores enviadas dos mais diversos lugares. A universidade entrou em luto.

O ato de Cancellier não foi apenas mais um suicídio no shopping center da avenida mais famosa da cidade. Amigos, aliados políticos do reitor e entidades

nacionais levantaram bandeira contra o abuso policial e de como as investigações viraram espetáculo. Na sessão solene fúnebre do Conselho Universitário (CUn), os discursos de Nelson Wedekin e do desembargador e amigo de infância Lédio Rosa de Andrade repercutiram em todo país, pois inflamavam as críticas à Operação Lava-Jato. Nos cartazes na mesa principal da reunião dizeres como “uma dor assim pungente não há de ser inutilmente”.

Figurões como o prefeito Gean Loureiro deram as caras no enterro, que ocorreu no cemitério Jardim da Paz, localizado a 7 km da UFSC. Estava presente também o discreto mas não invisível Marcos Baptista Lopez Dalmau, secretário do ensino à distância entre 2016 e 2017, um dos sete presos temporariamente na deflagração da Ouvidos Moucos. Abordado por nossa equipe, disse que estava com medo da PF e que teria sido aconselhado por seu advogado e pela própria polícia a não ceder entrevistas. “Tô evitando até passar perto da UFSC”, disse.

# Após morte do reitor, caça às bruxas

## Gabinete diverge sobre exoneração do corregedor da UFSC, Rodolfo Hickel do Prado

**T**ão logo a última coroa de flores foi colocada sobre o túmulo de Cancellier, as articulações sobre o futuro da UFSC se iniciaram. Um ex-líder do Diretório Central dos Estudantes (DCE) próximo ao reitor informou que, “baixada a poeira”, uma reunião do Conselho Universitário (CUn) seria feita com o intuito de afastar Rodolfo Hickel do cargo de corregedor. Hickel foi um dos responsáveis pela acusação de obstrução de justiça por parte de Cancellier, e é tido pelos aliados do reitor como seu grande algoz.

Entretanto, a manobra não aconteceu no CUn. A primeira reunião após o falecimento, no dia 10 de outubro, teve como pauta a sucessão no cargo de reitor. Os conselheiros aprovaram por unanimidade a permanência de Alacoque Erdmann, vice da chapa de Cancellier, no cargo. Discutiram apenas como fariam para amparar juridicamente a decisão, tendo em vista o Decreto Presidencial 1.916/1996, que determina, no caso de vacância no cargo de reitor ou vice-reitor, que seja enviada uma lista tríplice elaborada pelo conselho máximo da instituição para escolha final do presidente da República.

Se o CUn não derrubou o corregedor, o mesmo não se pode dizer de Áureo Mafra de Moraes, chefe de gabinete, na época, e amigo de Cancellier há 30 anos. No dia 20 de outubro, ele publicou a Portaria 2356/2017, que reabriu o processo administrativo (PAD) contra Hickel, destituindo-o de seu cargo por 60 dias. Segundo Áureo,

o trabalho do corregedor estava afetando diretamente algumas ações na UFSC. “As pessoas estão temendo assinar papéis, tomar decisões, enfrentar reuniões”. O processo já havia sido aberto em 5 de junho a pedido professor Gerson Rizzatti Junior, que relatou abusos de autoridade cometidos pelo corregedor contra a professora Mónica Salomón González. Consta no processo que “o professor narra, ademais, que em 07/06/2017 a professora Mónica passou por sessão de interrogatório por três horas, acusada de crimes não especificados, reduzida a termo que foi forçada a assinar, entretanto, sem direito a verificar os fatos descritos.”

A contragosto do chefe de gabinete, Alacoque anulou a portaria. Áureo deixou seu cargo dizendo que não poderia continuar na função sem a confiança da reitora. Ele acredita que visitas de Orlando Vieira de Castro Júnior, superintendente da Corregedoria Geral da União em SC e de André Bertol, procurador do Ministério Público Federal (MPF) teriam feito a vice-reitora se sentir ameaçada, culminando na anulação da portaria.

Apesar das tensões, Áureo se mantém convicto de que tomou as decisões corretas, afirmando não ter medo de ser preso. Na sua avaliação as ações do corregedor são nocivas para a sociedade e criam “um clima de terror”. Ele afirma que Hickel tem “um jeito arrogante, como quem é acima do bem e do mal”. O ex-chefe de gabinete pretende processar o corregedor por conta de uma entrevista concedida ao Diário Catarinense, no dia

25 de outubro, na qual ele diz que, “o Áureo faz parte da lista de servidores que eu pedi afastamento da universidade para órgãos que estão envolvidos na investigação da Ouvidos Moucos. Ele recebeu bolsas do ensino a distância que ainda precisam ser analisadas. Esse pode ter sido o motivo da retaliação.”

De fato, o nome do Áureo é citado e destacado duas vezes no inquérito da Ouvidos Moucos. Na primeira ele está numa lista junto a sete professores e entidades que “historicamente atuam na UAB” e também receberam bolsas pelo projeto “Desenvolvimento de modelo de governança aplicado a redes de políticas públicas de promoção a igualdade social”, gerido pela Fapeu e coordenado por Marcos Dalmau, preso na deflagração da operação. A segunda citação está em uma lista quase idêntica, repete-se cinco dos oito professores e entidades. Muda apenas que este projeto, também gerido pela Fapeu, se chamava “Aperfeiçoamento em Promoção da Saúde” e era coordenado pelo também preso temporariamente na deflagração Eduardo Lobo”. Junto a Áureo está citado no projeto de Dalmau o professor Gerson Rizzatti Junior, que solicitou abertura de PAD contra o corregedor. Áureo afirma não haver algo de errado com o recebimento de bolsas. Para ele todo mundo já recebeu bolsa em algum momento e nem por isso estariam fazendo algo ilegal.

Em uma nova reunião do CUn, os aliados de Cancellier fizeram duras críticas à decisão da reitora em exercício e ao modo de trabalhar de Hickel. Em 31 de outubro, Alacoque pediu afastamento de suas atividades na universidade por 60 dias por motivos de saúde. Com a saída dos pró-reitores, que seriam os sucessores no cargo, Ubaldo Cesar Balthazar, diretor do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) e aliado de Cancellier, tornou-se reitor em exercício por ser decano entre os conselheiros. O CUn aprovou por unanimidade o pedido de nomeação de Ubaldo como reitor pro tempore, a ser enviada para o Ministério da Educação (MEC).

Tão logo assumiu o mandato, restabeleceu a equipe de pró-reitores de Cancellier e disse que espera contar com Alacoque, assim que ela voltar de sua licença. O futuro ainda está indefinido: uma resolução do MEC diz que uma lista tríplice escolhida pelo CUn deve ser enviada a Brasília para a escolha do sucessor, mas Ubaldo espera conseguir um prazo de até seis meses para a escolha do novo reitor. Atualmente, o corregedor da UFSC, Rodolfo Hickel do Prado, está afastado da função por 60 dias, por motivo de saúde. ☺



Matheus Vieira/Zero

Alacoque Erdmann, vice de Cancellier, assumiu a Reitoria por 45 dias até pedir licença para tratamento de saúde

João Paulo Mallmann

jpmallmann96@hotmail.com

Matheus Vieira

matheusjorvieira@gmail.com

# PF investiga desvios e superfaturamento

Inquérito apresenta denúncias de fraudes em licitações e indícios de corrupção passiva

**B**astou dois anos para que uma denúncia anônima ao Ministério Público Federal em Santa Catarina (MPF/SC) sobre irregularidades do curso EaD de licenciatura de Física evoluísse para um inquérito da Polícia Federal, investigando também o EaD de Administração. O estopim que levou à atuação da Polícia Federal foi o rombo de R\$ 106.104,02 encontrado pela Controladoria Geral da União (CGU) na prestação de contas do período de 2009 a 2014 do curso de EaD Física.

## Contratações superfaturadas

No curso de EaD Física, há indícios do uso de empresas de fachada para inflar contratos de locação de veículos e hospedagem. De 100 notas fiscais analisadas — em valores que somam R\$ 124.688,00 — a S.A Tour foi contratada 91% das vezes em processo que dispensa licitação em troca de fazer comparativo de preços. São citadas no inquérito as empresas Ilha dos Açores Turismo Ltda, Arroba Turismo Ltda, AJC Viagens e Turismo e S.A Tour Viagens e Turismo Ltda.

Há também indícios de combinação de preços entre as agências de viagem. Em e-mail enviado em 29 de abril de 2011, o sócio da empresa S.A Tour, Murilo da Costa Silva, solicitou ajuda ao sócio das empresas citadas no inquérito, Aurélio Justino Cordeiro. Murilo pedia que Aurélio encaminhasse à Fapeu propostas de preços de locação de veículo de um serviço para o qual a S.A Tour já havia sido contratada três dias antes sem concorrência.

Na nota fiscal desse serviço, emitida pela S.A. Tour, foram indicadas cobranças de um motorista para ida e volta de Florianópolis à Blumenau. Porém o condutor seria um dos próprios passageiros, um professor aposentado do Departamento de Física, não havendo necessidade de pagar o adicional. Tanto nesta quanto em outras notas, aditivos como motor do carro mais potente, ar-condicionado e motorista não têm valores especificados separadamente. Tornando impossível determinar se e onde havia algo que justificasse triplicar o valor de um serviço que custaria R\$ 1.500,00.

Há também gastos considerados desnecessários ou indevidos. Por exemplo, a solicitação datada de 25 de janeiro de 2010 de compras de hospedagem passagens de ida e volta de Chapecó a Florianópolis para uma aluna, marido e filho comparecerem à aula presencial do curso — sendo os dois últimos sem qualquer vínculo com a atividade. Isso sem contar pedidos de reembolso por diárias indevidas ou sem notas fiscais. De 35 pedidos de reembolso feitos pelo professor Márcio Santos, somente 28 apresentavam notas fiscais. Destas, cinco são regulares.

A redação do *Zero* procurou os investigados, mas não obteve resposta. Em entrevista ao portal G1, em matéria do dia 14 de outubro, o advogado de Murilo da Costa Silva negou qualquer atividade irregular junto à UFSC, e a defesa de Márcio Santos negou se manifestar.

## Curso de Administração

A PF investigou o curso EaD de Administração por este concentrar boa parte das verbas do programa UAB. As acusações são de que coordenadores, professores e servidores do curso e da UAB permitiam o pagamento ilegal de bolsas, e uso indevido de verbas. Porém, diferente do esquema de empresas de fachada utilizado na Física, na Administração há acusação de ameaças e perseguições.

Em julho de 2015, após voltarem de seminário em Lages, os professores Elder Semprebon e Martin Petroll foram abordados pelo responsável financeiro

do Laboratório de Produção de Recursos Didáticos para Formação de Gestores (LabGestão), o celetista ligado a Fapeu Roberto Moritz da Nova. Ele afirmou que o LabGestão auxiliava o Núcleo UAB na gestão financeira e pediu que ambos devolvessem metade das bolsas de R\$ 1300 recebidas pelos seminários. O motivo seria que as verbas da Capes não pagavam todos os professores, e que havia um “acordo de cavalheiros” entre os docentes, desconhecido tanto por Martin quanto por Elder. Este acordo é ilegal porque é isento no imposto de renda e vedado pela Capes.

Roberto pedia que o valor fosse entregue em mãos ou depositado na conta do então coordenador do EaD de Administração, Rogério Nunes. Os professores pediram que a transferência fosse oficializada em documento, o qual nunca receberam.

Eles começaram a ser cobrados via e-mail e pessoalmente também por Rogério Nunes e pelo coordenador do LabGestão, Gilberto Moritz — tio de Roberto Moritz. Elder transferiu R\$ 650 para a conta de Rogério Nunes, enquanto Martin Petroll não cedeu à pressão. Em conversa gravada, Roberto Moritz fala à Martin que “[...] Ninguém tá fazendo nada aqui de, né, ilegal entre aspas.”

Coordenadora do EaD de Administração desde julho de 2016, Taisa Dias teria enfrentado pressões semelhantes. Ao assumir o cargo, reparou que Roberto Moritz usava o login de Rogério Nunes — que recém assumira o cargo de coordenador do Núcleo UAB — para inserir no sistema UAB nomes que não tinham direito à bolsas.

Os atritos seguiram até a coordenadora decidir não utilizar mais o apoio do LabGestão ao constatar que este utilizava bolsas UAB para desenvolver atividades não ligadas ao EaD, como diagramação de livros e produção de vídeos. Passou a ser coagida a voltar atrás na decisão. Descobriu que Rogério Nunes reduziria as bolsas da Administração e alegou que a Capes não repassava os valores mensais.



Reitor Cancellier deixa o presídio no dia 15 de setembro

De acordo com o inquérito, Taisa Dias passou a sofrer mais pressão após ter se recusado a utilizar verbas de contrato com a Fepese — da qual era coordenadora do projeto — para pagar bolsas atrasadas pela gestão anterior. Usar a verba para outra finalidade seria crime de improbidade administrativa. Mesmo assim, foi coagida a usar a verba pelo secretário da Sead, Marcos Dalmau, e pelo coordenador do Curso de Administração, Eduardo Lobo.

Ela reuniu provas das irregularidades que notou e conversou com o então reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier. Segundo Taisa, o reitor disse que era um problema de gestão, afirmando que o resolveria. Ele a lembrou que os colegas acusados poderiam prejudicá-la, uma vez que ela estava em estágio probatório. Ao fim, sugeriu que ela deveria “guardar a pastinha” na qual levava as provas do caso. ☺

João Bosco Cyrino  
jbcyrino@gmail.com

## Fatos que marcaram a Operação Ouvidos Mucos

- **2005 e 2006** - **Criação do programa** Universidade Aberta do Brasil (UAB), com o intuito de fortalecer os cursos de Educação à Distância nas universidades federais
- **2006** - Início dos cursos de Educação à Distância na UFSC
- **2009** - **Primeiras denúncias** de irregularidades no uso de recursos públicos, no curso EaD de física
- **2014** - Ministério Público Federal (MPF) recebe e repassa à Controladoria Geral da União (CGU) denúncia anônima de mau uso dos recursos federais aplicados ao curso de Física da modalidade à distância por meio do programa Universidade Aberta do Brasil (UAB)
- **17 Fev. 2016** - Em relatório, CGU aponta que a **falta de fiscalização** teria permitido a má gestão dos recursos destinados ao programa UAB
- **04 Mai. 2016** - **Rodolfo Hickel do Prado** é nomeado corregedor da UFSC nas últimas semanas de mandato da reitora Roselane Neckel
- **10 Mai. 2016** - Luiz Carlos Cancellier de Olivo assume o cargo de reitor da UFSC em votação acirrada no segundo turno
- **09 Ago. 2016** - MPF solicita à Polícia Federal (PF) a **abertura de inquérito criminal** para investigar os supostos desvios na gestão da UAB
- **Nov. 2016** - Taisa Dias, então coordenadora do curso de EaD em Administração, se reúne com Cancellier para relatar irregularidades na gestão das bolsas recebidas pelo projeto
- **Jan. 2017** - Corregedoria da UFSC abre processo administrativo após receber denúncia de possíveis irregularidades no curso de Administração. **Hickel se reúne com Taisa** para tratar do assunto
- **Jul. 2017** - Hickel envia carta para a PF relatando sofrer pressões por parte da administração da universidade no decorrer das investigações
- **14 Set. 2017** - Polícia Federal deflagra a **Operação Ouvidos Mucos**, liderada pela delegada Erika Marena, que prende temporariamente 7 suspeitos, entre eles o reitor Cancellier, com a alegação de obstrução de justiça. Todos foram afastados de suas atividades na universidade e foram proibidos de frequentar o espaço físico da UFSC
- **02 Out. 2017** - **Cancellier se suicida** no vão central do Beiramar Shopping

# Vícios crônicos das fundações de apoio

Fundações descumprem a legislação em projetos além da Universidade Aberta do Brasil

**T**odos os anos órgãos fiscalizadores, entre eles a Controladoria Geral da União (CGU) e a Auditoria Interna da UFSC (Audin), constataam problemas administrativos relativos aos contratos firmados entre a Universidade e as fundações de apoio. A lista de possíveis irregularidades é longa, passando por dispensa indevida de licitação, gastos imprevistos com justificativas duvidosas, falta de processos seletivos para bolsistas e insuficiência nos comprovantes de gastos. Tudo isso é avaliado e discutido na maior instância legislativa da universidade, o Conselho Universitário (CUn). Por isso, para ex-membros do CUn e auditores nenhuma novidade foi apresentada pela Operação Ouvidos Moucos no que se refere às três fundações: Funjab, Fapeu e Fepese.

## UFSC não sabe dispensar licitações

No Inquérito da Ouvidos Moucos foi questionada as contratações sem licitação das fundações nos seis cursos EaD. Em 2008, a CGU apontava a mesma coisa acontecendo com as provas do concurso de vestibular. Isso porque firmar convênio sem qualquer justificativa de escolha, dispensando licitação à mera vontade, não é incomum. A própria Controladoria afirma no relatório daquele ano estas contratações indevidas com dispensa de licitação representavam “reincidência no não-atendimento às recomendações da CGU de anos anteriores”.

Em ambos os casos a UFSC teria errado ao não explicitar quais os critérios que a fizeram escolher uma fundação em vez da outra. A lei 8666/93 rege que a escolha deve ser “de modo que sejam devidamente justificados os motivos da escolha do fornecedor ou executante e os preços pactuados”.

Os apontamentos da Controladoria, entretanto, não resolveram nada. Essa irregularidade persiste até hoje, e não estamos falando do cursos do EaD. O relatório da CGU que fiscaliza a UFSC durante o ano de 2016 questiona o uso de R\$ 492.530 em recursos destinados a projetos da Fapeu e da Fepese firmados sem processos licitatórios.

Quatro vezes presidente do órgão que aprova as contas da UFSC, o Conselho de Curadores, Milton Horn acha desnecessária a exigência de justificativa para escolha de uma das quatro fundações. Para ele, uma vez que estas já foram credenciadas junto à universidade e ao Ministério da Educação, o professor deveria ter liberdade de escolha. “A pessoa escolhe xis fundação porque acha melhor, ué. Às vezes eu já tive dois projetos numa fundação e daí continuo com ela, porque sei que funciona, porque gosto das parcerias que já exercemos”.

O auditor-chefe da Auditoria Interna da UFSC, Audi Vieira, já não vê da mesma forma. Para ele, fundações não podem ser escolhidas por “amiguismo” ou preferência do pesquisador contratante, mas sim pelo o que for mais vantajoso à universidade, seguindo princípios básicos da administração pública. “Uma fundação tem que seguir os rigores da lei, os mesmo critérios que uma outra instituição”, afirma.

E se nem em licitações não-relacionadas às fundações a UFSC faz seu trabalho com rigor? O relatório da CGU relativo a 2016 aponta irregularidades em 100% das licitações analisadas.

## Fundações também não

Apesar de serem instituições privadas, as fundações precisam usar licitações para contratar serviços da mesma forma que os órgãos públicos. Afinal, seus trabalhos são firmados com instituições federais de ensino. Isso quer dizer que ao dispensar licitação, elas são obrigadas

## Como funcionam as fundações de apoio

Fundações de apoio são instituições **privadas sem fins lucrativos** criadas para gerir e financiar projetos, pesquisas, ensino e extensão das instituições federais de ensino superior (IFES). Seus recursos vem da própria universidade, entidades privados e órgãos públicos.

A cada cinco anos as fundações devem renovar seu credenciamento no Ministério da Educação e do Ministério de Ciência. Para atuar na universidade, ela precisa ser recredenciada de dois em dois anos. Isso ocorre através de um processo no qual um membro do CUn é escolhido para dar seu parecer sobre os cumprimentos das normas por parte da fundação. Para tal, o parecerista deve se embasar na lei que rege as fundações, a lei 8958/94, e ter como base auditorias da CGU, Audin, Ministério Público, pareceres da procuradoria; processos em aberto; acórdãos do TCU e análises das prestações de contas feitas pelo Conselho de Curadores.

### Fundações que atuam na UFSC:

Fundação José Boiteux **(Funjab)**

Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária **(Fapeu)**

Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina **(Feese)**

Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômico **(Fepese)**

a comprovar pesquisa de mercado para que os produtos e serviços adquiridos tenham o melhor custo benefício. E sabe com qual periodicidade as fundações desrespeitam a legislação das licitações? De acordo com os órgãos fiscalizadores, todo ano.

Em 2015, por exemplo, a Audin apontou que o projeto “Compostagem de Resíduos Urbanos”, em convênio com a Fapeu, dispensou licitação referente a R\$ 60.500 em abastecimento e reparo de automóveis. O critério adotado na escolha de postos de gasolina e oficinas mecânicas foi a proximidade. Não houve cotação prévia de preços nem pesquisas, segundo a auditoria, nada que justificasse a escolha dos estabelecimentos, senão o fato de serem do lado da UFSC. Procurada, a Fapeu respondeu que, para eles, “os postos escolhidos para abastecimento dos veículos atenderam a proximidade do Campus e trajeto para transporte dos resíduos, exatamente por economicidade”.

Ao menos nesse caso a Fapeu foi sincera ao contar que não realizou cotação prévia de preços. Em 2016, respondendo a questionamentos da Audin sobre R\$ 9.090 gastos em equipamentos novos para o projeto “Metodologia de avaliação da qualidade do investimento municipal em ensino fundamental”, a Fepese respondeu que perdeu os registros das pesquisas de mercado. Entre as empresas solicitadas na aquisição dos equipamentos estava a S.A. Tour, citada na Operação Ouvidos Moucos como beneficiária da falta de processos licitatórios da Fapeu.

No caso da S.A. Tour com a Ouvidos Moucos, a Fapeu afirma que costumava utilizar o sistema de credenciamento de empresas para realizar os serviços de emissão de passagens, reserva e contratação de hospedagem e locação de veículos. “A prática do credenciamento é, muitas vezes, questionada pelos órgãos de controle, sem a adequada fundamentação, em nosso entendimento. Nessa questão do credenciamento, observados os princípios estatuídos no art. 37, caput, da Constituição Federal, o procedimento é perfeitamente válido, porque realizado sob a égide do art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993”, explicou em e-mail. Este trata da dispensa de licitação no caso de “notória especialização”, que pode ser considerada em virtude de bom desempenho anterior.

Esse sistema de credenciamento já causou algumas confusões para a Fapeu. Entre elas está um processo de 2015, no qual a S.A. Tour junto à Trend Tour se dizem lesadas pelo superintendente da fundação, Gilberto Vieira ngelo, no poder até hoje. As empresas afirmam que a Metropolitana Turismo estaria sendo beneficiada indevidamente pela Fapeu. Segundo consta no processo, a Metropolitana atendia a quase todos os contratos e convênios da fundação. As duas empresas acabaram

perdendo, pois o juiz federal Adriano José Pinheiro entendeu que não cabia ao Estado regulamentar os processos seletivos da Fapeu.

A contratação da Metropolitana Turismo já foi alvo de questionamentos anteriormente. Em 2014, a Controladoria da UFSC (setor sobre o qual logo mais falaremos) questionou a escolha da empresa de turismo no projeto “Sistema de prevenção, controle e atendimento emergencial em acidentes com produtos na rodovia BR 101 trecho sul”, gerido pela Fapeu. Segundo a análise, a fundação deveria ter licitado para poder contratar Metropolitana, pois o credenciamento não seguia a regra da exclusividade. Consta no documento que, “o termo de credenciamento firmado com a empresa Metropolitana não é de exclusividade visto que a Fundação também contratou artigo congêneres com a empresa Atitude Turismo Ltda (item 12), portanto caracterizou-se, neste caso, que havia discricionariedade por parte da FAPEU na escolha do prestador do serviço. Deste modo, não pode ser observada nestas contratações que a Fundação salvaguardou o princípio da impessoalidade.”

## Todos precisam de um plano

Todas as contratações de pessoas e serviços precisam estar previstas no plano de trabalho, que nada mais é que o planejamento de atividades e gastos que um projeto precisa propor para ser aprovado. No relatório de 2008, a CGU explica que sem um plano de trabalho com detalhamento de serviços, mão de obra e materiais a serem usados fica difícil “verificar a regularidade e economicidade dos valores conveniados, como também impossibilita a devida fiscalização e acompanhamento da execução de tais convênios.”

É no plano de trabalho que se justifica como serão selecionados os bolsistas e coordenadores do projeto. E, assim como muito do que foi citado nesta reportagem, esse aspecto não costuma ser seguido com rigor. Em 2016, de todos os projetos analisados pela Audin, apenas o da Funjab tinha processo seletivo para bolsistas. Em e-mail, Gilberto Vieira ngelo, o superintendente da Fapeu, afirmou ter ciência dessa cobrança. “Temos orientado aos coordenadores de projetos para que promovam processo seletivo para concessão de bolsas e deem publicidade por meio de edital, incluindo os critérios adotados”. A Fapeu foi a única fundação que respondeu às questões do Zero.

Os planos de trabalho podem ser úteis também para desmascarar projetos problemáticos, permitindo cobranças de aspectos não cumpridos, ou mal cumpridos. Este é o caso do projeto “Sistema de prevenção, controle e atendimento emergencial em acidentes com produtos na rodovia BR 101 trecho sul”,

que durou entre 2010 e 2012. Ele foi financiado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e gerenciado pela Fapeu. O coordenador, Ariovaldo Bolzan afirmou em documento nunca ter recebido uma bolsa sequer pela atuação no projeto. Entretanto, fora constatada pela Contadoria uma incoerência com o plano de trabalho, no qual constava que ele recebia R\$ 6.400 mensais, resultando em R\$ 83.200 ao final. Essa e outras inconsistências não foram apuradas a fundo, pois a UFSC não seguiu o conselho da Contadoria em abrir uma Tomada de Contas Especiais e deixar que o Tribunal de Contas da União fosse fundo nas análises desse projeto. Chefe de Gabinete na época, Carlos Vieira explica que a Controladoria teria pedido que eles esperassem, pois o DNIT quem deveria abrir esse processo, o que não aconteceu.

Na verdade, foram encontradas irregularidades em todas as auditorias e fiscalizações sobre esse projeto do DNIT, seja pela CGU, Audin ou Contadoria da UFSC. Entre elas estão gastos como reembolsos de viagens sem apresentação dos devidos relatórios; gastos com transporte e alimentação de R\$ 404.445, o equivalente a 67% acima dos R\$ 241.900 previstos. Há aumentos em 121,28% nos gastos com contratações de terceiros. Segundo o relatório da Contadoria, esse gasto seria originalmente de R\$ 141.360, tendo terminado em R\$ 312.797.

A CGU, por sua vez, constatou que parte dos envolvidos no projeto (Bolzan incluso) participavam simultaneamente de outros dois projetos de grande porte financiados pelo DNIT. O relatório da CGU aponta suspeitas quanto à remuneração e carga horária que essas pessoas estariam exercendo nos projetos. Através da Lei de Acesso à Informação, o Zero tentou descobrir quem eram os integrantes e quais os valores envolvidos. Mais precisamente, o jornal solicitou à UFSC nomes, quantias e cargas horárias de todos as pessoas beneficiadas por bolsas de fundações nos últimos dez anos. A informação foi negada sob a alegação de serem dados pessoais. O primeiro recurso foi ignorado, fazendo com que a reportagem registrasse um segundo em sequência. Dessa vez, nos foi negado por “falta de tempo”. Por fim, aguardamos recurso resposta da CGU.

Isso nos leva a outra complicação relativo às fundações: falta de transparência.



Para ter acesso às respostas recebidas pelo Zero, acesse a sessão “pedidos e respostas” do site [acessoinformacao.gov.br](http://acessoinformacao.gov.br) e procure pelo protocolo **23480023211201717**

## Transparência e Fiscalização

Ex-membros do CUn, o ex-aluno Norberto Siemmon e os professores William Vianna e Fábio Lopes têm a mesma opinião: o principal problema das fundações é a falta de transparência em suas ações e gastos. A própria CGU já apontava em 2008 que “o ambiente de descontrole sobre tais convênios impede a UFSC de identificar, inibir e evitar a ocorrência do mau uso dos recursos, de superfaturamentos, de sobrepreços e de desvio de recursos geridos pelas fundações de apoio”.

O dito descontrole sobre os convênios é causado justamente pela falta de estímulo à transparência e ao cumprimento das recomendações dos órgãos fiscalizadores, é nisso que acredita o professor William Vianna. Ele considera falhas as duas maiores instâncias da universidade, o CUn e o Conselho de Curadores, responsável pela aprovação de todas as contas da UFSC. Isso porque no CUn, não é incomum o professor responsável pelo parecer de recredenciamento da fundação ser alguém que recebeu bolsas em algum momento. O mesmo serve para o Conselho de Curadores, no qual o conselheiro pode aprovar convênios



Na deflagração da Operação Ouvidos Mucos, Polícia Federal fez buscas e apreensões na Funjab, Fapeu e Fepese

em que está ou esteve envolvido. A servidora Teresinha Ceccato, por exemplo, foi responsável por aprovar as contas de dois projetos da Fapeu nos quais estava listada como consultora: “Sistema de prevenção, controle e atendimento emergencial em acidentes com produtos na rodovia BR 101 trecho sul” e “Gestão Ambiental e Execução de Programas Ambientais na BR 386/RS”, o qual passa por sindicância no momento.

O atual presidente do Conselho de Curadores Milton Horn acredita ser antiética a participação de um conselheiro em algum projeto que ele mesmo vá aprovar. Milton contou também sobre as dificuldades que o Conselho vem tendo por conta de problemas da gestão da reitora Roselane Neckel (2012 - 2016). “Quando chegamos, tinha umas 580 análises de contas atrasadas. Agora, com a ajuda de dois contadores reduzimos para 440!”.

Chefe de Gabinete na gestão da Roselane, o professor Carlos Vieira diz que quando a gestão começou havia mais atrasos ainda. “O Conselho de Curadores tinha algo entre 700 contas atrasadas”. Buscando uma resolução, conta o professor, a gestão criou um novo setor, a Contadoria. Seis contadores ficaram responsáveis por analisar tecnicamente todos os novos contratos de fundações assim como os atrasados. O diferencial seria o fato do setor ser formado por pessoas capacitadas, que fariam análises puramente técnicas. Em teoria, isso ajudaria o Conselho de Curadores a dar pareceres mais precisos e com maior embasamento.

O setor foi criado em 2014 e extinto em agosto de 2016, quatro meses após o começo da gestão do Cancellier e seu pró-reitor Jair Napoleão, da Pró-reitoria de Administração (Proad), à qual o setor era vinculado. Para Jair Napoleão, a Contadoria nunca deveria ter existido, ao menos não vinculada à Proad. Pois, na sua visão, análise de contas das fundações não é dever da pró-reitoria, mas sim do Conselho de Curadores.

Milton Horn também desdenha da Contadoria. Ele acredita que o setor servia para passar por cima do Conselho de Curadores. “Antes de passar pra gente eles tiravam as dúvidas direto com a CGU, desrespeitando o Conselho”. Diferentemente da Controladoria, que em 2015 ressaltou o setor como positivo para manter controle dos gastos fundacionais, Milton acha que a Contadoria só serviu para “atrapalhar o Conselho, coisa da gestão anterior, né?”

Carlos Vieira acredita que essas visões negativas sobre o setor tenham origem no incômodo que ele causava. “As pessoas ficam constrangidas em aprovar contas que os contadores deram ressalva ou indicaram reprovação. De repente, você não pode mais aprovar convênios duvidosos”.

Apenas uma das contadoras procurados pela reportagem quis se manifestar, com a condição de que não divulgássemos seu nome. Ela explica que a ges-

tão de Jair Napoleão na Proad engessou as ações da contadoria, fazendo com que os contadores se vissem obrigados a largar o setor. Jair se defende dizendo que a Contadoria se dissolveu organicamente. As pessoas foram saindo, não restando opção senão oficializar a extinção do setor. “A contadoria na estrutura organizacional nunca existiu, ela não foi extinta, ela apenas foi sumindo e não existe mais.”

A contadora, entretanto, conta que o verdadeiro estopim para a saída dos contadores se deu em 15 de junho de 2016, durante a análise das contas do projeto “Pesquisa, avaliação, desenvolvimento e metodologia integradora de portais educacionais da TV Escola e dos Portais de Conteúdos Digitais do MEC”. Nesse caso, quatro assinaram um documento questionando a validade legal do credenciamento à Fapeu das empresas Fácil, Viagem e Turismo; Metropolitana Turismo; e Atitude Turismo. Quando somados os gastos com as três dava em torno de R\$ 590.000. Ao invés de atender às questões, Jair respondeu aos contadores que “em nosso entendimento não cabe à contadoria fazer juízo de valor a respeito da lisura ou veracidade dos documentos apresentados pelas fundações (...) sugerimos que a contadoria se atenha apenas às prestações de contas dos convênios e contratos”.

Em respostas, os contadores levantaram que, segundo a própria legislação, “a prestação de contas deverá abranger os aspectos contábeis, de legalidade, efetividade e economicidade de cada projeto, cabendo à instituição apoiada zelar pelo acompanhamento em tempo real da execução físico-financeira da situação de cada projeto”.

A discussão cresceu a ponto de, em resposta, a própria Fapeu questionar a competência da Contadoria. Após desgastes, os contadores deram parecer contrário às contas do projeto. Esta foi a última análise de contas do setor.

O auditor-chefe da Audin enxerga resistência da comunidade acadêmica aos órgãos fiscalizadores em geral, não só à Contadoria. “Eles dizem que ‘tudo é burocracia’. Não estão olhando a função da fiscalização. Dizem as pessoas que ter mais controle trava, eu não acho isso!”

Matheus Vieira

matheusjorvieira@gmail.com

Leia o QR Code para conferir o conteúdo online da reportagem nas redes sociais do Zero.



# EaD na UFSC fica paralisado até fevereiro de 2018

Capex suspendeu repasses ao programa UAB após Operação Ouvidos Mucos, mas sinaliza pela continuidade dos cursos

**O**s cursos de educação a distância da UFSC que compõem o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), adiaram suas atividades por falta de recursos no dia 1º de novembro. Desde a ação da PF na Operação Ouvidos Mucos, a Secretaria de Ensino a Distância (Sead) estava incerta em relação à continuidade do programa — principal alvo da investigação. Isso porque a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação (MEC), parou de enviar recursos para a UAB na universidade. Em reunião recente, a Capes anunciou a retomada das atividades para fevereiro de 2018, mas apenas nos cursos não investigados.

De acordo com o coordenador do Núcleo UAB na UFSC e secretário da Sead, Gregório Varvakis, a Capes não havia esclarecido, em primeiro momento, as razões da suspensão. Procurada pelo Zero, a Capes respondeu que “enquanto não houvesse manifestação da justiça a respeito dos repasses à UFSC, a Capes estaria impedida de mantê-los”. Apesar da retenção de verbas, a instituição afirmou, em nota, que não pretende descontinuar o programa na universidade.

Ao menos 2680 alunos que dependem do ensino a distância na UFSC estão sendo prejudicados com o adiamento das aulas. Apesar da negativa da Capes, houve um esforço em evitar a paralisação das atividades. De acordo com Varvakis, que assumiu a secretaria temporariamente em substituição ao professor Luciano Castro para responder legalmente às questões do Tribunal de Contas da União (TCU), a UFSC fez diversas tentativas de negociações junto à Capes para a liberação de recursos.

Enquanto ocorriam essas negociações, a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (Fapeu) continuou mantendo o pagamento de bolsas e salários para que o programa UAB mantivesse suas atividades. Mas isso acarretou em uma dívida da UFSC junto à Fapeu. Até 20 de outubro, essa dívida era de R\$ 571.395,70. Segundo a fundação, esse valor deverá aumentar com as despesas de pessoal do mês outubro. A universidade espera que a Capes libere os recursos para poder ficar em dia com a fundação.

## 'Retrocesso', criticam alunos

A importância do EaD numa universidade pública é levar conhecimento para regiões distantes, onde há pessoas sem acesso à educação superior de qualidade. Desde 2009, a UFSC já emitiu 4590 diplomas por meio do EaD. São profissionais que atualmente estão contribuindo em diversas áreas da sociedade. É o caso de Aline Bugoni, 37, que mora em Pato Branco, no Paraná, e se formou em Ciências Biológicas em 2012.

Hoje professora de Biologia, Aline sabe bem a importância de uma educação pública e de qualidade.

Tinha preconceito em relação a EaD, pois as universidades que ofereciam a modalidade em sua região não eram bem conceituadas. Quando surgiu a oportunidade de estudar a distância pela UFSC, uma das melhores instituições de ensino superior do país, não hesitou em se inscrever no vestibular. “Foi uma oportunidade única de poder continuar morando perto da família, trabalhar durante a semana para manter minhas despesas na cidade e nos finais de semana, participar de aulas presenciais no pólo de EaD durante o sábado todo. E o melhor: com professores da UFSC”, lembra.

**“A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA É FUNDAMENTAL PORQUE ELA QUEBRA UMA FRONTEIRA DE TEMPO E ESPAÇO.”**

Gregório Varvakis, coordenador do EAD

Ter um diploma da UFSC era um sonho de Aline, que só foi possível graças à programas como a UAB. A possibilidade de suspensão do ensino a distância é considerada, por ela, um retrocesso. “Muitas

Foto: Jair Quint/Agcom/UFSC



Gregório Varvakis assumiu o cargo temporariamente no lugar do professor Luciano Castro depois da operação



peças como eu, não conseguirão ter uma graduação, ter acesso ao mundo acadêmico e a educação de qualidade como eu tive estudando na UFSC. Acredito que muitas pessoas passem pelos mesmos problemas que eu passei, sendo filha de agricultores e tendo que trabalhar para se sustentar fora de casa e também custear os estudos”, afirma.

Em Itapema, onde fica um dos polos de EaD da UFSC, estuda Valmor Deunizio Júnior, 31, calouro do segundo semestre de 2017 em Física - Licenciatura. Valmor mora em Brusque, há 30 km de Itapema, e precisa se deslocar para o polo apenas quando tem aula presencial — que não são muitas, de acordo com ele. As aulas acontecem via videoconferências e são intermediadas por tutores. Valmor é Técnico em Ferramentaria e, assim como Aline, viu na graduação a distância a possibilidade de fazer o curso sem ter que se afastar da família. “O ensino a distância necessita ser posto em prática como laboratório para desenvolver mais a educação. Interromper as atividades é retrocesso”, critica o estudante.

Só o polo de Itapema recebe, de toda a região, 160 alunos de graduação a distância divididos em cinco cursos — Administração, Administração Pública, Ciência Contábeis, Ciências Econômicas e Física. A coordenadora do Polo UAB de Itapema, Inez Corbari, diz que o retorno do ensino a distância também se dá em outras regiões, considerando que alunos de outros estados também frequentam o polo. A primeira turma formada em Pedagogia, por exemplo, já está atuando na rede pública de Itapema. “A educação a distância é fundamental porque ela quebra uma fronteira de tempo e espaço. Nos lugares mais distantes, nos polos mais distantes, essas pessoas não teriam acesso ao comprometimento, à qualidade, à atenção dos tutores que a gente tem”, diz Gregório

## UAB nasce emergencial

A UAB foi criada por meio do Decreto nº 5.800, assinado pelo então presidente da república Luís Inácio Lula da Silva em 8 de junho de 2006. Esse programa surgiu com a missão de levar educação superior pública e de qualidade a diversas localidades do território brasileiro, até mesmo aquelas bastante afastadas dos grandes centros urbanos, por meio do ensino a distância.

Na base de funcionamento da UAB está a cooperação entre três esferas públicas: federal, estadual e municipal. Os cursos são financiados e centralizados pela Capes e a implementação dos polos de apoio presencial deve ser realizada e custeada pelos municípios ou estados. Muitas vezes, os polos compartilham espaços públicos. O Pólo UAB de Itapema, criado em 2009, se encontra junto à Escola Básica Municipal Joaquim Vicente de Oliveira.

“O nosso desejo maior sempre foi a democratização das vagas públicas, aumentar o número de oferta

de vagas. Esse foi um motivador muito forte para nós e para a Educação a Distância”, afirma a professora do Centro de Ciências da Educação da UFSC, Rose Cerny, que pesquisou o sistema UAB em seu doutorado.

Para selecionar os cursos que serão abertos, os gestores do programa analisam a distribuição territorial dos pólos. As licenciaturas, modalidade de formação de professores, são prioritárias. Cerny lembra que esse foi um dos propósitos essenciais para a sua criação: “A UAB no Governo Lula foi um programa emergencial para dar conta de formar professores para suprir a carência enorme de profissionais formados nas áreas específicas da educação básica. Os números são muito grandes, há uma falta enorme de professores”.

Na história da UAB, dois momentos após o decreto de criação foram muito importantes para a institucionalização do programa. O primeiro foi a aprovação da lei nº 11.502 de 11 de julho de 2007. Essa lei ampliou as competências da Capes, que passou a atuar também na área de formação de professores da educação básica. Duas novas diretorias foram criadas: a Diretoria de Educação Básica Presencial e a Diretoria de Educação a Distância. A última passou a atuar em conjunto com a Secretária de Educação a Distância (SEED) do MEC na coordenação nacional da UAB. O segundo momento foi a publicação da Portaria 318/2016 do MEC, que transferiu à Capes a operacionalização do sistema UAB.

**“O NOSSO DESEJO MAIOR SEMPRE FOI A DEMOCRATIZAÇÃO DAS VAGAS PÚBLICAS, AUMENTAR A OFERTA DE VAGAS.”**

Rose Cerny, Professora do CCE

Outra esfera que auxilia no funcionamento do programa são as universidades públicas, sejam federais, estaduais ou Institutos Federais (IF). Essas instituições são responsáveis pela elaboração do projeto pedagógico, pela gestão dos cursos e pela certificação dos alunos.

A UFSC, por exemplo, opta pela gestão via Fundações de Apoio para fazer o gerenciamento administrativo e financeiro. Desta forma, os cursos de EaD equivalem a projetos, não estando institucionalizados. Essa relação está formalizada entre a universidade e a Fapeu por meio do Contrato nº 164/2014, referente ao projeto 178/2014 decorrente do Termo de Cooperação firmado entre MEC, Capes e UFSC.

A última esfera para que a UAB aconteça é a dos polos de apoio presencial. São locais com infraestrutura de acordo com os padrões do sistema UAB e escolhidos pelos municípios ou pelos estados. Os polos devem ter obrigatoriamente laboratório de informática com conexão à internet, laboratórios pedagógicos para as disciplinas experimentais, bibliotecas, salas de tutoria e de videoconferência, tutores presenciais para atendimento a dúvidas dos estudantes e um coordenador. No espaço podem atuar uma ou mais universidades, sendo um local de atuação de várias instituições públicas.

#### Polos da UAB em SC

Na UFSC, o curso de Administração Pública foi o primeiro oferecido pela UAB em 2006. Hoje estão abertos 10 cursos de graduação e dois de especialização, somando 2680 alunos matriculados na modalidade a distância em 34 polos de apoio presencial distribuídos pelos três estados da região sul do Brasil. Cerny destaca que os cursos em EaD na UFSC avançaram bastante nos últimos anos na Universi-

Arquivo pessoal/Aline Bugoni



Em 2012, Aline Bugoni formou-se em Biologia pela UAB e atualmente é professora na cidade de Pato Branco, PR

dade: “Não dá para medir o alcance dessas ações, de chegar lá no município pequeno com pessoas que jamais teriam oportunidade de fazer um curso de graduação e um curso de graduação em uma federal”.

Para ingressar em um curso de EaD da UFSC, os estudantes precisam, assim como aqueles da modalidade presencial, ser aprovados no vestibular. As inscrições são realizadas pela internet e a prova acontece na sede do polo de apoio presencial para o qual o estudante se candidatou. Mas esse processo seletivo não é regular, pois dependem da abertura de editais do Sistema UAB e da universidade ser contemplada. Além da UFSC, o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) também atuam com oferta de cursos neste mesmo polo. É comum estudantes se deslocarem de diferentes regiões, inclusive de outros estados, para participarem das atividades no espaço. ☺

Felipe Buzzi

lfelipebuzzi@gmail.com

Vitor Sabbi

sabbivitor@gmail.com

Arte: Tadeu Mattos/Zero | Fonte: SEAD



#### Relação de formados pelo EaD



**2642**  
em graduação



**1087**  
em especialização



**861**  
em aperfeiçoamento

# SUS sofre por excesso de ações judiciais

Escassez na oferta de medicamentos leva catarinenses a recorrer à justiça

Arte: Gabriel Volinger/Zero

O acesso à saúde no Brasil é um tema delicado. Apesar de um direito garantido pela constituição como universal, a realidade de poucos recursos e má gestão resulta em um serviço longe de sanar as necessidades da população. Uma tendência crescente no país, porém, é a de buscar o caminho judicial para obrigar o estado a cumprir com a demanda de algum tratamento, prótese ou, o que é mais comum, medicamento. A chamada judicialização da saúde ganhou destaque na mídia pelos números que tem atingido em todo o país - R\$ 1,2 bilhão apenas no ano de 2016 - e seu impacto sem precedentes no orçamento da saúde: ao ser concedido um medicamento pela via judicial, não é criado um novo orçamento, fazendo necessário que sejam realocados aos processos recursos destinados a, por exemplo, licitação de novos medicamentos.

Porém, apesar de existir entre especialistas um consenso sobre a gravidade da questão, não existe nenhum tipo de ação conjunta, ou sequer um levantamento que mostre, em âmbito nacional, o impacto que a judicialização da saúde tem no Sistema Único de Saúde (SUS) e em seus usuários. Isso se dá, em partes, por essas ações estarem distribuídas entre a Justiça Federal e a Justiça de cada Estado, cada uma com suas demandas e particularidades. Resta então que os estados, dentro de sua autonomia, tomem medidas para conter os danos das ações sem ferir o direito de cada cidadão em ter acesso à saúde.

## Da parte ao todo

José Haroldo dos Santos tinha 40 anos quando sua filha, na época apenas com 3 meses, foi diagnosticada com Alergia à Proteína do Leite de Vaca (APLV). Advogado criminalista há mais de uma década, José até então jamais havia pensado em atuar na área da saúde. Porém, a descoberta do quadro médico de Isabela colocou a família em uma situação delicada: o tratamento para a alergia exigia que a pequena se alimentasse exclusivamente de uma fórmula a base de aminoácidos, de nome comercial "Neocate", de oferta insuficiente pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Apesar de algumas crianças conseguirem consumir outros alimentos, o caso de Isabela exige até hoje alimentação exclusiva pela fórmula. Cada lata do "Neocate" custava em 2012 em média 220 reais. Consumidas por mês cerca de doze latas, o tratamento que salvou a vida de Isabela somaria quase 30 mil reais ao ano, podendo chegar à quantia de quase 150 mil reais ao longo desses cinco anos. Hoje, cada lata custa em média 160 reais, um preço mais baixo, porém ainda alto, considerando que 75% da população brasileira vive com menos de um salário mínimo e meio por mês (1405,5 reais). A saída da família, que na época não possuía recursos para financiar os custos da fórmula, foi recorrer a uma ação judicial contra o Estado, para que tivessem acesso ao "alimento-medicamento", ou ao menos parte de seu valor.

Isabela é uma das 23 mil pessoas que atualmente recebem medicamentos da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (SES) por ordem judicial. A doença da menina, conhecida como APLV, é uma reação anormal do corpo que passa a agir contra as proteínas existentes no leite de vaca, produzindo células inflamatórias. Diferentemente do que acontece com pessoas in-



tolerantes a lactose, por exemplo, a APLV causa sérios prejuízos à saúde, podendo até ser fatal, no caso dos mais jovens.

Normalmente, a alergia é diagnosticada na primeira infância, quando a criança deixa de ingerir o leite materno e passa a consumir outro tipo de leite, como foi o caso de Isabela. Hoje, depois de cinco anos, o pai José Haroldo conta que, apesar das tentativas de introduzir outros alimentos e até outros tipos de leite, a filha ainda depende totalmente da fórmula "Neocate" para viver. Isso porque, de acordo com a equipe médica que acompanha a menina, seu organismo não se adapta à proteína.

**“AS DEFESAS SÃO OMISSAS, DIZEM QUE TEM OUTRAS PRIORIDADES, MAS AS CRIANÇAS TAMBÉM TÊM.”**

**José Haroldo dos Santos, advogado**

Casos como o da família de José Haroldo são exemplos de uma tendência que cresce exponencialmente no Brasil. Amparados pela Constituição, advogados e defensores públicos processam o governo a fim de assegurar esse direito tão fundamental a seus clientes. Na época, o advogado, e pai da menina, preferiu entrar com uma ação contra o estado. Isso porque, segundo ele, a via estadual é mais flexibilizada do que a Justiça Fe-

deral. O Poder Judiciário costuma julgar apenas os processos que envolvem medicamentos de maior complexidade e custo, cuja distribuição é competência do próprio governo federal.

Mesmo assim, José encontrou algumas dificuldades, principalmente em relação às justificativas do governo estadual para não cumprir a decisão. “As defesas são omissas, dizem que tem outras prioridades, mas as crianças também têm”, ressalta. O processo de Isabela, até a decisão definitiva do juiz, durou cerca de um ano. Porém, no caso da menina, foi concedida a liminar de tutela antecipada em menos de uma semana.

## Jornada burocrática

A experiência pessoal de José Haroldo o levou a ajudar outras pessoas. O advogado entrou com cerca de 20 ações contra o Estado representando famílias que, assim como a sua, não tinham condições financeiras para comprar o alimento-medicamento "Neocate". Nos casos mais graves, onde cada dia sem o medicamento pode colocar em risco a saúde da pessoa, como era o caso de Isabela, é deferida a chamada liminar de tutela antecipada. Na prática, o mecanismo funciona como uma decisão judicial antecipada, concedida pelo juiz em caráter emergencial. Dependendo da urgência, ela pode ser fornecida no mesmo dia.

Para conseguir essa decisão, no entanto, é necessário cumprir e comprovar diversos requisitos, inclusive com relação à renda familiar. No caso de José Haroldo, por exemplo, ele precisou anexar ao processo comprovante de salário e extrato bancário, registro do Departamento de Trânsito (Detran), registro de imóveis e algumas certidões emitidas pela prefeitura declarando que o leite não é fornecido pelo programa do SUS. Isso porque existe um “consenso informal” dentro da Justiça de que, se a pessoa possui con-



dições financeiras, ela mesma deve arcar com os custos. Após julgado o processo e concedida a tutela antecipada, a Secretaria de Estado de Saúde (SES) é intimada a fornecer o medicamento. A SES realiza o cadastro do paciente e em seguida abre processo de aquisição, que, geralmente, dispensa licitação devido a lei 8666. O medicamento então é enviado para a Gerência Regional de Saúde que encaminha para o município que fica responsável em fazer o contato com o paciente para a retirada do material.

#### Um mecanismo insustentável

Para o procurador do Estado e professor de Biodireito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Paulo Roney Avila Fagundez, o acesso universal à saúde idealizado na Constituição Brasileira é um conceito recente e avançado perante todo o mundo. “A partir da Constituição de 88, se passou a ver a constituição não só como uma bela página literária mas como algo que assegurava direito efetivamente”, pondera. Porém, aos olhos do procurador, o que ocorre no dia a dia da aplicação da lei está muito distante do ideal.

### EM 2016, FORAM R\$ 39,8 MILHÕES SEQUESTRADOS DOS COFRES EM SAÚDE PARA CUMPRIMENTO DAS AÇÕES”

O Defensor Público João Vicente Pandolfo Panitz atua na DPU (Defensoria Pública da União) auxiliando famílias de baixa-renda a buscarem seus direitos na Justiça Federal. Segundo ele, apesar de existir uma grande demanda por medicamentos e tratamentos experimentais sequer aprovados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), as ações judiciais chegam a ocorrer por medicamentos tão básicos quanto antibióticos, que deveriam ser ofertados regularmente à população. Para ele, essas ações são fruto, em grande parte, da ineficiência na gestão dos recursos da saúde. Em teoria, o próprio Estado deveria efetuar a entrega do que foi recebido pelo médico. Quando perguntado sobre os impactos futuros dessa tendência Panitz afirma categoricamente: “Pensando em um mundo ideal, a judicialização não só não é sustentável como ela também não deveria ser necessária.”

#### Orçamento prejudicado

Mas nem sempre o Estado cumpre as ações judiciais, sejam vindas de tutela antecipada ou uma decisão definitiva. Nestes casos a Justiça realiza o sequestro de valor, ou seja, bloqueia o montante diretamente da conta do Estado e o entrega para o próprio paciente fazer a compra do medicamento.

Em 2016 foram R\$ 39,8 milhões sequestrados dos cofres da saúde em Santa Catarina para garantir o cumprimento das ações. Até metade de 2017, o bloqueio já chegava a R\$ 18 milhões. Para o secretário de Estado da Saúde, Vicente Caropreso, o bloqueio de recursos da SES em função de decisões judiciais têm causado transtorno à administração. Em audiência pública promovida pela Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa (Alesc) para prestação de contas, que ocorreu no dia 5 de Julho, Caropreso afirmou que “o orçamento da saúde agora é uma interrogação, ele não tem como ser estimado”.

Já o defensor João Vicente Pandolfo Panitz, o responsável por atender o descumprimento de decisões judiciais na área médica na DPU (Defensoria Pública da União), defende que os descumprimentos judiciais no fornecimento de remédios e tratamentos são inadmissíveis e mostram que há um descontrole por parte da gestão do governo. Isso porque, segundo ele, se o Estado estivesse licitando de maneira correta e planejada os medicamentos, tratamentos ou procedimentos concedidos judicialmente, esse valor poderia ser ressarcido por total pelo Governo Federal. “Através da judicialização vamos consumindo um orçamento que já é escasso, gerando mais processos, mais descumprimentos, menos licitações e resultando em um fato monstruoso que vai se retroalimentando”, explica.

Olhar para a judicialização é, portanto, mais do que olhar para tentativas isoladas de assegurar direitos fundamentais. O peso que essas ações têm no orçamento apenas do estado de Santa Catarina é gigantesco. Até agosto deste ano, o total de ações na justiça somavam R\$ 220 milhões em demandas a serem julgadas. Na prática, o valor seria suficiente para manter por dois meses e meio os 13 hospitais sob gestão estadual, que custam mensalmente em torno de R\$ 83 milhões. Em 2016, o valor demandado com medicamentos judicializados somaram R\$ 784 milhões em recursos, algo equivalente a 11% do orçamento da saúde do Estado. No país, ao todo, os R\$ 1,2 bilhão demandados do orçamento da saúde representam quase 7% do orçamento previsto pela pasta para compras de medicamentos e insumos para toda a rede.

Isso sem sequer considerar os custos que todo esse aparato judicial demanda, tanto por parte do Poder Judiciário, quanto por parte da própria Secretaria de Estado da Saúde (SES), que, apesar de possuir um orçamento delimitado para questões jurídicas, afirma ser impossível de fato calcular a extensão desses custos. Os gastos e o número de ações crescentes levam a SES a apontar a questão como uma das causas da crise da saúde no Estado.

#### Saúde na Justiça e justiça na saúde

Segundo o procurador do Estado e professor de Biodireito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Paulo Roney Avila Fagundez, a maioria das pessoas não têm acesso à Justiça e, quando um juiz determina o pagamento de um tratamento ou de um medicamento caro para uma pessoa, muitas outras serão prejudicadas por falta de recursos. Para ele a judicialização é uma forma problemática de entregar ao judiciário a gestão dos recursos da saúde. “Na verdade a gente tem um bom programa de saúde pública, mas que não atende as necessidades da população porque o dinheiro vai pelo ralo, pela corrupção, pela má gestão, e agora também pela judicialização.”

“NA VERDADE, A GENTE TEM UM BOM PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA, MAS QUE NÃO ATENDE ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO PORQUE O DINHEIRO VAI PELO RALO.”

Paulo Roney Avila Fadundez, procurador do estado

Mesmo existindo figuras como o advogado José Haroldo e o defensor público João Vicente, o acesso à Justiça é muitas vezes algo distante para grande parte da população, que convive com as constantes faltas na oferta de medicamentos. Para o defensor, se o médico do SUS receita um determinado medicamento é dever do estado entregá-lo sem precisar judicializar. “Ou então que proíba o médico do SUS de receitar o remédio que está fora da lista”.

A curto prazo, a solução do Governo do Estado é o remanejamento de recursos de outras pastas, para conter o rombo da compra de remédios e do sequestro de verbas. A longo prazo, apenas uma mudança na própria gestão da saúde, de forma que o Estado consiga fazer as licitações e cumprir as decisões judiciais, poderá solucionar a questão, afirma o defensor.

No âmbito judicial, esse cenário fez com que procuradores, médicos, juizes, defensores públicos e membros do Ministério Público se unissem para criar o Núcleo de Apoio Técnico (NAT), órgão que está em implantação e funcionará auxiliando juizes em suas tomadas de decisão, equilibrando as necessidades dos pacientes com o que o governo pode oferecer. O objetivo da Secretaria de Estado da Saúde (SES) é auxiliar o Tribunal de Justiça de SC a analisar a questão, de modo a possibilitar um novo paradigma que garanta o direito à saúde de toda a população catarinense. ☺

Oriana Hoeschl

orianahoeschl@gmail.com

Diana Koch

dianamk2011@gmail.com

# Whey, Malto, Gluta e outras paradas

Cultura dos ratos de academia pode estar levando pessoas a extremos físicos e psicológicos

A cultura maromba é quase uma religião. Décadas de reuniões nos templos que chamam de academia levaram fisiculturistas, musos fitness, exibicionistas e rappers a criar dogmas, vertentes e até mesmo cantigas. Nesse culto, deuses e semideuses são quase tão diversos quanto as 330 milhões de divindades hinduístas. Eles se manifestam em pôsteres e vídeos do youtube. Alguns admiram os pomposos músculos do ator e fisiculturista Arnold Schwarzenegger (versão 80's), outros se espelham nos esforços do profeta youtuber Léo Stronda, há também mulheres que procuram na musculatura da modelo Gracyanne Barbosa exemplos de perseverança e amor próprio.

Nessa onda de idolatria mora o perigo do fanatismo — que neste caso é marcado por uma doença psicológica chamada vigorexia. Ela é definida pela forma distorcida que o esportista vê seu próprio corpo, não se satisfazendo com o tamanho e a definição dos músculos, independente de quanto as pessoas ao redor o elogiem ou apontem sua evolução física.

A quem diga que a doença seria masculina, apesar de mulheres também sofrerem com vigorexia. E, assim como na anorexia, inexistem dados precisos da quantidade de pessoas com esse problema. Treinadores de academia afirmam, entretanto, que a doença é mais comum do que se imagina. O único número que encontramos sobre o assunto se encontra em um livro chamado *The Adonis complex*, traduzido no ano 2000 pela editora Campus. Nele, três doutores em medicina calculam que, nos EUA, um milhão dos nove milhões de frequentadores de academia (número da época) sofrem de vigorexia.

Entre os sintomas da doença psicológica estão: isolamento, rigidez com a alimentação, fobia de gordura, agressividade, passar mais de uma hora na academia, trocar situações de convívio e relaxamento pela musculação, exagerar nas cargas e adquirir a síndrome de overtraining (o extremismo religioso da academia, no qual o esportista rompe os limites físicos).

O mágico Jorian Peçanha, por exemplo, quase perdeu amizades por não deixar ninguém tocar em sua comida ou ajudá-lo a cozinhar. Ele evitava qualquer programa que envolvesse comida ou álcool e brigava com quem insistisse em fazê-lo experimentar algum alimento diferente. Hoje, leva a musculação com mais calma e usa o tempo livre para investir em sua mágica. Faz shows no teatro Centro Integrado de Cultura e em eventos marombas, como a chegada de Léo Stronda em Florianópolis.

## Tem que ser Blindão

Pela musculatura ainda em desenvolvimento, três garotos de 16 anos, com menos de 1,70 metros de altura e nem 70 quilos se destacavam na multidão de homens grandes o suficiente para transformar camisetas normais em baby looks. Wagner, Patrick e Marcus são seus nomes, e, assim como todo mundo ali, na rua São José, do bairro Estreito, eles esperavam pela chegada de Léo Stronda, contratado para a inauguração da loja Fábrica de Suplementos, no número 223 da rua.

Amigos de escola e brothers de academia, uniram-se pelo ode à musculatura humana — principalmente de Léo Stronda e do ator Kleber Bambam. O afino pelos ídolos levou os três a saírem de suas casas na cidade vizinha Palhoça, passarem por mais de uma hora em três ônibus de um dia escasso em horários que é um sábado em Florianópolis, para



Rapper Leo Stronda recebe fãs em loja de suplementos

permanecerem duas horas em pé numa fila que virava o quarteirão e só então tirar aquela selfie com Stronda. Mataram o tempo repetindo os versos da música *Blindão*, sucesso do Stronda com mais de 28 milhões de views no Youtube.

“Ele [Léo Stronda] é mais que um ídolo, o cara passa conhecimento. Sempre avisa pra ir num nutricionista, e procurar um médico nos vídeos”, lembra Marcus. Ele, assim como Wagner, sonha em evoluir de um raquítico “frango” para um “monstrão” com musculatura igual a de Léo. Patrick, por outro lado, busca um corpo menos exagerado. Seu ídolo fitness é Kleber Bambam — cuja musculatura é visivelmente similar a de Stronda, de quem é amigo.

Os meninos ignoram que cada ser humano tem um tipo físico diferente e uma variação de ganho e perda de peso dividida em três categorias: ectomorfo, que emagrece fácil e engorda pouco; mesomorfo, invejado por muitos devida sua habilidade inata em controlar peso como quiser; e endomorfo, capaz de grandes ganhos de massa, mas com baixa taxa de emagrecimento.

O superintendente de musculação da filial da academia Aloha, localizada no Estreito, Ricardo Branco, conta que seus 20 anos de profissão serviram para esclarecer que os iniciantes são desinformados e, portanto, estão mais propensos a ultrapassar limites físicos.

“Os caras acham que malhar três horas todo dia vai adiantar. Depois se machucam e não entendem porque. Isso é porque querem imitar musos fitness, como o Felipe Franco, marido da Juju Panicat. Mas nem todo mundo vai chegar naquele corpo”, explica o treinador.

Não à toa, ainda nos primeiros meses de academia, Patrick rompeu os músculos do peito quando tentou levantar cem quilos no supino, quantidade muito além do seu normal. O estalar do rompimento do músculo parecia uma barra de supino caindo no chão. Todos olharam assustados, conta. Isso aconteceu quando ainda tinha quinze anos, e havia começado a academia há três meses. Passou por um ano de tratamento para recuperação muscular, o que não o impediu de continuar seguindo o sonho de atingir um corpo que naturalmente não será seu.

No fim, pouco importam as barreiras naturais. Tanto ele quanto Wagner e Marcus recorrerão às substâncias anabolizantes quando atingirem o que os especialistas definem como limite físico (quando, após décadas malhando, os músculos atingem seu tamanho máximo, alta densidade e definição extrema).

Eles não se veem como viciados. Jamais largariam a musculação — mesmo que fossem diagnosticados.

Explicam que a vida melhorou desde que iniciaram a busca pela corpo ideal. Bullying nunca mais.

“Antigamente os caras tiravam a gente, hoje eles tem medo, né?”, afirma Patrick.

Marcus complementa: “e as mulheres amam um cara musculoso, né?”

“Tu nem pega ninguém”, provoca Patrick.

“Nenhum de vocês pega”, brinca Wagner, que em seguida é ridicularizado pela inabilidade em movimentar voluntariamente os músculos do peitoral.

Sua necessidade de reafirmar a masculinidade é vista como um quadro típico dos vigoréticos, segundo estudo “A obsessão masculina pelo corpo: malhado, forte e sarado”, realizado em 2005 pela doutora Maria Elisa Caputo Ferreira. O texto aponta que reafirmação de estereótipos de gênero fazem parte da origem do problema: “esse quadro parece, acentuar-se nos últimos vinte anos, quando passamos a ser bombardeados com imagens de corpos “abastecidos” com esteróides, homens com corpos extremamente musculosos”.

É como diz o rapper maromba B-Dynamitze na música *Corpo Blindado*:

“Alguns até olha um pouco meio assustado”

“Parece herói de filme, olha o cara é bombado”

Não por acaso, o rapper toma esteróides para imitar o corpo dos heróis de ação. O portalegrense, de 30 anos, começou a compor e a malhar na mesma época, quando tinha 13 anos de idade. Apesar de ter sofrido muito com dores musculares após a primeira sessão de musculação, se sentiu em casa. Afim de atingir o corpo de Vin Diesel em *Velozes e Furiosos*, malhou até não aguentar mais e apelou para ciclos de esteróides. Antigamente, fazia o ciclo algumas vezes por ano, mas com o tempo começou a procurar um médico que receitasse a melhor forma de tomar testosterona, diminuindo para um ciclo por ano. Apesar do orgulho de ter mais de 43 centímetros de braço, B-Dynamitze ainda busca um corpo ideal, mais bombado, dessa vez tomando como parâmetro o ator The Rock Johnson — também presente na franquia *Velozes e Furiosos*.

“Eu curto muito o shape daquele cara. Um dia vou chegar lá, preciso. Vou pra academia seis vezes por semana, e quando não vou, fico puto. Começo a descontar na família, nos amigos. Tudo pra chegar entre os grandes”, revela o rapper. Ele tem noção que seu tratamento quase religioso à musculação não é visto como saudável, mas não se importa. “Poderia estar bebendo muito, usando drogas, várias coisas negativas, mas sou viciado em malhar”.

Ele se esforça em dar bons exemplos aos seus fãs. Alerta em músicas os perigos dos esteróides e indica acompanhamento médico para uma carreira profissional, ou não, de fisiculturismo. Além de lembrar a todos que é importante ter um dia de descanso por semana, geralmente domingo, pois é o único dia em que academias não abrem.

B-Dynamitze não pôde continuar a conversa, precisava atender aos fiéis fãs. Foi contratado para participar da inauguração da Fábrica de Suplementos junto ao amigo Léo Stronda. Marombas de toda Grande Florianópolis se reuniram aquele dia para tirar selfies e abraçar os rappers. Alguns levaram família, pedindo para os artistas beijarem a cabeça dos bebês, como quem solicita bênção. A cultura maromba é quase uma religião. ☺

Matheus Vieira

matheusjorvieira@gmail.com